

A GEOGRAFIA DO VOTO DAS MILÍCIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

LA GEOGRAFÍA DEL VOTO DE LOS PARAMILITARES EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

THE GEOGRAPHY OF THE PARAMILITARY GROUP'S VOTE IN CITY OF RIO DE JANEIRO



Igor Novaes LINS¹
e-mail: igornovaeslins@gmail.com



Carlos MACHADO²
e-mail: carlosmachado@unb.br

Como referenciar este artigo:

LINS, I. N.; MACHADO, C. A geografia do voto das milícias na cidade do Rio de Janeiro. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 33, n. 00, e024008, 2024. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v33i00.1083>



| **Submetido em:** 21/11/2023
| **Revisões requeridas em:** 15/04/2024
| **Aprovado em:** 19/05/2024
| **Publicado em:** 11/12/2024

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Doutorando em ciência política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos. Brasília, DF, Brasil.

² Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL-UnB) e coordenador do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos. Brasília, DF, Brasil.

RESUMO: A relação entre milícias e política no Rio de Janeiro é analisada, com foco na distribuição geográfica dos votos de candidatos à vereança ligados a esses grupos. Foram utilizados dados eleitorais de 2000 a 2016, informações da CPI das Milícias e fontes jornalísticas para mapear a presença das milícias nas zonas eleitorais e analisar o desempenho dos candidatos. Aplicando a tipologia de Ames (2003), constatou-se que, embora alguns candidatos apresentassem concentração de votos, a dominância eleitoral foi exceção. A influência territorial das milícias não implica controle total do voto, indicando a presença de outros atores políticos. Observaram-se variações na correlação espacial dos votos de candidatos ligados ao mesmo grupo, revelando influências compartilhadas ou padrões distintos. Concluiu-se que o controle territorial pelas milícias não garante domínio eleitoral absoluto, sugerindo a necessidade de estudos futuros sobre a complexa interação entre crime organizado, política e eleições.

PALAVRAS-CHAVE: Milícias. Controle territorial. Geografia eleitoral. Eleições municipais. Política local.

RESUMEN: *La relación entre milicias y política en Río de Janeiro es analizada, con un enfoque en la distribución geográfica de los votos de los candidatos al concejo vinculados a estos grupos. Se utilizaron datos electorales de 2000 a 2016, información de la CPI de Milicias y fuentes periodísticas para mapear la presencia de milicias en zonas electorales y analizar el desempeño de los candidatos. Aplicando la tipología de Ames (2003), se constató que, aunque algunos candidatos mostraban concentración de votos, el dominio electoral fue la excepción. La influencia territorial de las milicias no implica un control total del voto, indicando la presencia de otros actores políticos. Se observaron variaciones en la correlación espacial de los votos de los candidatos vinculados al mismo grupo, revelando influencias compartidas o patrones distintos. Se concluye que el control territorial por parte de las milicias no garantiza un dominio electoral absoluto, sugiriendo la necesidad de estudios futuros sobre la compleja interacción entre crimen organizado, política y elecciones.*

PALABRAS CLAVE: *Milicias. Control territorial. Geografía electoral. Elecciones municipales. Política local.*

ABSTRACT: *The relationship between paramilitary groups (milícias) and politics in Rio de Janeiro is analyzed, focusing on the geographical distribution of votes for council candidates linked to these groups. Electoral data from 2000 to 2016, information from the CPI of Militias, and journalistic sources were used to map the presence of paramilitary groups (milícias) in electoral zones and analyze candidate performance. Applying Ames' (2003) typology, it was found that although some candidates showed vote concentration, electoral dominance was the exception. The territorial influence of paramilitary groups (milícias) does not imply total vote control, indicating the presence of other political actors. Variations in the spatial correlation of votes for candidates linked to the same group were observed, revealing shared influences or distinct patterns. It is concluded that territorial control by paramilitary groups (milícias) does not guarantee absolute electoral dominance, suggesting the need for future studies on the complex interaction between organized crime, politics, and elections.*

KEYWORDS: *Paramilitary groups. Territorial control. Electoral geography. Municipal elections local politics.*

Introdução

Desde o início dos anos 2000, o cenário eleitoral no Rio de Janeiro tem sido marcado pela presença de milicianos, como candidatos ou intermediadores das campanhas. Políticos como Nadinho de Rio das Pedras, Jorge Babu, Jerominho, sua filha Carminha Jerominho e a família Brazão exemplificam a penetração de milicianos na política institucional. A combinação de um crescente almejo eleitoral, domínio sobre um vasto eleitorado e controle territorial rigoroso tem sido a chave para o sucesso eleitoral nas últimas duas décadas, transformando as eleições em um elemento da economia criminal das milícias.

Apesar das ações do Estado contra as milícias, sobretudo no âmbito penal, levando muitas de suas atividades para a clandestinidade, especialmente após a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a influência desses grupos permanece significativamente ativa. As investigações sobre o fenômeno são predominantemente etnográficas e observacionais na literatura brasileira. No entanto, o Relatório Final da CPI das Milícias ofereceu uma rica fonte de dados, revelando nomes de políticos ligados a esses grupos e detalhando suas estratégias eleitorais.

Este estudo se dedica a explorar os padrões espaciais dos votos desses candidatos, através de análise espacial das bases eleitorais em eleições proporcionais de lista aberta. Nosso objetivo é verificar se o apoio das milícias resulta em votos nas regiões que dominam e se o perfil dos votos desses vereadores é mais concentrado nessas áreas. Especificamente, analisaremos a aplicabilidade da tipologia de Ames (2003) para entender esses candidatos e se nossa abordagem espacial fornece uma representação estatisticamente confiável e teoricamente sólida. A hipótese central é que os candidatos milicianos exibem um padrão de votação distintivo, dominante e concentrado nas áreas que controlam. A metodologia empregada é quantitativa e exploratória, utilizando a análise de autocorrelação espacial para examinar as zonas eleitorais.

Este trabalho evidencia como o controle territorial, as milícias e as eleições estão intrinsecamente ligados. Mapas demonstram a correspondência entre zonas eleitorais e áreas sob influência milicianas, ressaltando o impacto desses grupos nas eleições. Além disso, exploramos o crescimento populacional nas regiões milicianas e sua importância política. Por fim, serão abordadas as ligações entre grupos milicianos e vereadores, permitindo comparações nos padrões de distribuição de votos. Os vereadores são divididos com base nos grupos aos quais estão supostamente vinculados, buscando identificar correlações entre votos em diferentes eleições e a atuação conjunta ou afiliação a grupos milicianos.

A geografia eleitoral e o sistema proporcional de lista aberta

O sistema eleitoral organiza a vida eleitoral através de um conjunto de regras que determinam como os votos se convertem em cadeiras nos poderes Legislativo e Executivo. O Brasil adota o sistema proporcional de lista aberta para preencher as cadeiras no Legislativo, um método considerado mais pluralista. Este sistema, por ser proporcional e não majoritário, evita que um único partido ou candidato ocupe todos os assentos ou um assento principal. Ele permite, em tese, que diversos grupos políticos, partidos ou coligações ganhem cadeiras, mesmo sem alcançar a maioria dos assentos. Isso influencia as estratégias partidárias e individuais dos candidatos, encorajando os partidos a apresentar candidaturas que reflitam alguma diversidade regional e incentivando os candidatos a buscar nichos específicos do eleitorado (Sachet, 2018).

O sistema eleitoral de lista aberta motiva os candidatos a se diferenciar de seus colegas de partido ou concorrentes locais ao focar em segmentos específicos da população. Isso torna vantajoso buscar apoio consistente nas geografias eleitorais dos municípios, pois o voto e a campanha se centram mais no candidato do que no partido. Neste sistema, os candidatos tendem a adotar estratégias de conquista de voto local, diferentemente do que acontece no sistema de lista fechada (Jankowski, 2016). Os candidatos muitas vezes são derrotados por outros da própria lista partidária devido à concorrência interna, onde o voto partidário tem valor reduzido e os candidatos frequentemente perdem por não atingirem uma votação suficiente, apesar do desempenho do partido. Frequentemente, candidatos não são reeleitos por serem superados por outros na própria lista partidária (Nicolau, 2006; Sonia Terron, 2010; Jankowski, 2016).

Dessa forma, a lista aberta obriga o candidato a competir com outros do mesmo partido, exigindo estratégias de campanha mais personalizadas e uma reputação atraente o suficiente para garantir a preferência dos eleitores (Jankowski, 2016). Esse cenário reforça a estrutura de campanhas personalistas que prevalecem no Brasil.

A relativa independência dos candidatos em relação aos partidos é marcante no sistema de lista aberta, onde não há uma ordem pré-estabelecida pelos partidos para os eleitos. Isso privilegia os candidatos bem conhecidos e bem financiados na corrida eleitoral, levando os partidos a se voltarem cada vez mais para estratégias típicas de clientelismo político em detrimento de dinâmicas mais ideológicas de disputa político-eleitoral (Sachet, 2018). No sistema atual, o partido tem um poder reduzido de influência no voto, e a conexão fora da estrutura partidária se torna mais relevante para a maioria dos candidatos a cargos proporcionais.

O foco principal no jogo eleitoral é o candidato, tornando a vida municipal decisiva para a eleição de deputados federais e estaduais, assim como para a competição por cargos de vereador. Além disso, existe uma predominância do tipo de prestação de contas geográfico, com candidatos priorizando regiões onde receberam votação expressiva (Nicolau, 2006). Pesquisas empíricas, como a de Jankowski (2016), mostram que os candidatos recebem mais votos quando residem perto de seus distritos eleitorais, sugerindo que o contato e a proximidade residencial com os eleitores ajudam a formar um reduto eleitoral ou distrito informal. O eleitor valoriza a conexão do candidato com o território, e os candidatos adotam perfis regionalizados e estratégias de campanha e atuação parlamentar focadas localmente.

Barry Ames (2012) explica que, no sistema proporcional de lista aberta, os candidatos não precisam de grandes fatias de eleitorado ou do eleitorado médio. Eles podem concentrar seus votos em “coortes” de eleitores específicos, buscando benefícios geograficamente individualizáveis para viabilizar uma política local clientelista. Apesar de idealmente buscarem votos em todas as regiões do distrito eleitoral (a cidade ou o estado), os candidatos ao Legislativo delimitam suas campanhas a partir de lógicas geográficas. É comum a existência de intermediários que controlam o acesso a grupos de eleitores através de uma combinação entre coerção violenta e distribuição de cargos e favores. Os políticos oferecem participação em contratos públicos e benefícios financeiros para esses intermediários. Quanto maior o controle e as barreiras impostas pelos intermediários, mais os políticos pagam para acessar os votos (Ames, 2012; Trudeau, 2022). A geografia eleitoral explora por que candidatos recebem apoio eleitoral variado em diferentes localidades, examinando os fatores que interagem complexamente nesse contexto (Soares; Terron, 2008). As estratégias eleitorais refletem a lógica de dominação subnacional, onde presidentes e governadores cooptam apoio mediante a distribuição de cargos e recursos estatais, influenciando a competição partidária (Borges *et al.*, 2016). Ames (2003) propõe uma tipologia para analisar os padrões de votação nas eleições para deputados federais, considerando as características de distribuição de votos nos municípios ou distritos eleitorais, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Tipologia de padrões eleitorais segundo Ames (2003)

	Dominante	Compartilhado
Concentrado	Votos altamente concentrados em locais específicos com um candidato claramente predominante.	Votos concentrados em locais específicos, mas divididos entre múltiplos candidatos.

Disperso	Votos espalhados amplamente, com um candidato liderando em várias áreas.	Votos distribuídos amplamente, sem um único candidato predominante em muitas áreas.
----------	--	---

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro padrão, **concentrados-dominantes**, é caracterizado pelo domínio eleitoral em grupos específicos de municípios ou bairros. Nesses locais, as redes familiares ou políticas do candidato frequentemente têm uma tradição de influência, ou são formados acordos com líderes locais para garantir apoio. Este cenário, conforme descrito por André Borges *et al.* (2016), indica que os parlamentares conseguem acumular uma quantidade significativa de votos em uma região-chave, estabelecendo uma base eleitoral sólida.

Em contraste, o **padrão concentrados compartilhados**, envolve candidatos que atraem eleitores em diversas regiões, especialmente em grandes cidades e capitais onde o eleitorado é extenso e disperso. Esses candidatos não dominam um único local, mas têm apelo entre grupos de eleitores que se identificam com temas específicos ou políticas particulares, em vez de benefícios diretos. Este modelo, explicado por Borges *et al.* (2016), mostra uma dinâmica eleitoral onde o apoio é menos sobre influência territorial e mais sobre conexão com preocupações amplas dos eleitores.

O terceiro tipo, **dispersos compartilhados**, refere-se a candidatos que atraem grupos pequenos de eleitores dentro de um mesmo município ou estado, como é o caso de muitos candidatos religiosos. Esses indivíduos recebem votos de eleitores espalhados geograficamente e têm menos dependência de redes locais. Os votos são mais ideológicos, mobilizando minorias por todo o estado. Borges *et al.* (2016) destacam que esses candidatos geralmente têm experiência em cargos estaduais ou nacionais, o que os torna conhecidos em uma escala mais ampla.

Por fim, o padrão **dispersos-dominados** está associado a candidatos burocratas de nível estadual ou políticos que mantêm alianças com líderes locais, muitas vezes em contextos que sugerem relações clientelistas. Esses parlamentares têm uma votação dispersa por diversos municípios, mas com uma dominância considerável onde possuem redes estabelecidas. Esse grupo é composto por políticos que anteriormente ocuparam cargos que lhes permitiram implementar políticas públicas diretamente, criando uma base de apoio através de benefícios distribuídos.

As milícias, a política e o território

As milícias são a mais destacada manifestação da interação entre o crime organizado, o Estado e a política territorial no contexto criminal brasileiro, sobretudo a nível subnacional. Originaram-se de grupos de extermínio compostos por policiais militares, outros agentes estatais e assassinos de aluguel. Na década de 1980, esses policiais, conhecidos como “polícia mineira”, começaram a coletar informações sobre atividades ilícitas em Rio das Pedras, um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, para extorquir criminosos³. Esses grupos eram notórios por espancar e assassinar criminosos em troca de pagamentos periódicos (Zaluar; Conceição, 2007; Silva *et al.*, 2008, Alves, 2020). Segundo Manso (2020), o conhecimento detalhado dos policiais sobre a dinâmica criminal nas periferias do Rio de Janeiro facilitou a formação dessas milícias. O termo “polícia mineira” derivou da prática de “minerar” ou “garimpar” as favelas à procura de criminosos ricos o suficiente para formar alianças ou para serem extorquidos. Através da oferta de segurança privada e da exploração de criminosos locais, a “polícia mineira” expandiu sua atuação para outros bairros do Rio, marcando o início das milícias. Este grupo evoluiu incluindo pistoleiros, líderes políticos e associações locais, culminando na formação da “Liga da Justiça”, como a imprensa e pesquisadores começaram a referir-se às milícias a partir de 2006 (Misse, 2011).

As milícias expandiram seu poder político, infiltrando-se no Executivo, Legislativo e até no Judiciário, estabelecendo uma extensa rede dentro do poder público (Zaluar; Conceição, 2007; Arias, 2009). Arias (2013) observa que as milícias se dedicam ativamente à política formal, controlando grupos cívicos e mobilizando atores armados nas regiões onde operam, influenciando diretamente nos processos eleitorais e nas políticas públicas. Os consórcios delitivos das milícias demonstram duas capacidades políticas decorrentes de sua governança criminal: a consolidação territorial, tanto interna quanto nas áreas periféricas sob seu controle, lhes confere acesso e influência sem precedentes sobre eleitores em potencial. Além disso, a autonomia em relação a organizações políticas convencionais, como partidos e movimentos sociais, permite que exerçam uma influência substancial nos processos eleitorais (Trudeau, 2022). Pesquisas recentes de Lins e Machado (2023) sugerem que as milícias vão além da simples adoção de estratégias de organizações políticas tradicionais, regulamentando efetivamente o processo político e assumindo funções de instituições políticas locais.

³ Nos anos 50 e 60, o "Grupo de Diligências Especiais" e a "Scuderie Le Cocq", compostos pela Polícia do Rio de Janeiro, eram os principais grupos de extermínio do país. Seu modelo de atuação se espalhou pelo país (MISSE, 2011: 21).

O território é a principal fonte de disputas entre grupos do crime organizado e constitui o principal objeto de dominação política dos milicianos nas periferias do Rio de Janeiro (Manso, 2020). O território não só organiza uma série de processos políticos formais e é crucial para a formulação de políticas públicas, mas também representa a condição primária para a representação política desde a formação do Estado moderno. A emergência de uma classe dirigente na modernidade veio junto com a concepção de território, marcada por um controle rigoroso sobre a circulação de bens e pessoas. Este controle e submissão territorial facilitaram a centralização do poder político, como Iná Elias de Castro (2005) argumenta.

Nadia Urbinati e Mark Warren (2008) consideram o território como a régua para o compartilhamento de poder e um fundamento principal para organizar a representação política. Seguindo essa lógica, o local de residência define onde o indivíduo pode votar, ser votado e a quem pode dar ou receber votos, territorializando os fenômenos políticos (Castro, 2005).

A política, vista como a intermediação e expressão dos conflitos sociais, tem sua base material e simbólica no território (Castro, 2005). A importância do território vai além do voto; quando se considera os territórios eleitorais, o peso das campanhas, o exercício do mandato e a *accountability* vertical podem ser exercidos a partir da lógica local (Terron, 2010). Em um Estado federativo, as eleições são organizadas primordialmente a partir das dinâmicas espaciais dos estados e municípios. O que inclui: a organização espacial das eleições, especialmente a definição de distritos eleitorais; a variação espacial dos padrões de votação em relação à variação das características da população; a influência de fatores regionais em atitudes e decisões de votação; padrões espaciais de representação política que resultam na tradução de votos em cadeiras em um corpo representativo; variações espaciais no nível de poder e a implementação de políticas que refletem nos padrões de representação (Zolnerkevic; Raffo, 2013).

Do ponto de vista da geografia política, a representação é uma relação entre a comunidade política de um território (nacional ou subnacional) e os representantes. A representação política baseada na territorialidade emergiu como uma forma de trazer os complexos conflitos de interesse para as arenas da política institucional, especialmente ao Poder Legislativo. O Estado, como principal espaço do fazer político, reflete a importância do território que legitima e fundamenta o domínio estatal e sua estrutura de poder político-territorial. Assim, o espaço estatal é onde ocorrem a maioria dos conflitos políticos e o território fundamenta as ações políticas (Castro, 2005).

Nesse contexto, surgem novas formas de representação política no campo da informalidade, já que a democracia transcende os mecanismos formais de tomada de decisão e a representação eleitoral não consegue capturar a totalidade e complexidade dos grupos políticos. Segundo Nadia Urbinati e Mark Warren (2008), as eleições são apenas um subconjunto representativo das formas complexas de representação política, onde o representado autoriza o representante a expressar seus interesses nas instituições políticas.

A legitimidade democrática é caracterizada pelo sistema eleitoral, mas a representação política pode ter um caráter idealizador e ultrapassar os limites definidos pelas instituições e pelas formas em que a cidadania se manifesta geograficamente. As preferências do eleitor são representadas numa eleição em que se constituem um governo e uma oposição, permitindo a todos participarem na criação de um órgão representativo (Urbinati; Warren, 2008).

De forma mais objetiva, a dimensão territorial é essencial para a formulação das listas eleitorais de candidatos ao Legislativo e dos nomes ao Executivo estadual e municipal. Os formuladores das listas partidárias consideram uma distribuição mínima de candidatos geograficamente e privilegiam aqueles vinculados a setores específicos do eleitorado na disputa legislativa (Nicolau, 2006). O território organiza as disputas políticas e influencia materialmente como as discussões são conduzidas. O apoio de lideranças locais ou grupos de moradores é comum nas estratégias de campanha eleitoral, visto que a estratégia de vizinhança e bairro é muito relevante para os candidatos angariarem grupos de eleitores geograficamente organizados (Nicolau, 2006; Zolnerkevic, Raffo, 2013; Gelape, 2017).

O valor do território é ainda mais acentuado no sistema eleitoral de lista aberta proporcional para os cargos no Poder Legislativo, em comparação com outros sistemas proporcionais. A lista aberta permite que diversas lógicas eleitorais, ao expressarem seus votos, possam emergir, incluindo a lógica territorial. Ademais, em um contexto de preponderância do Executivo e de sua forte influência nas eleições proporcionais, a campanha baseada em redutos eleitorais geográficos ganha proeminência. A pesquisa de André Borges *et al.* (2016) indica que as clivagens de governo e oposição são uma variável explicativa para a distribuição geográfica do voto, e que coalizões governamentais tendem a dispersar votos no território.

O município é a escala de análise desta pesquisa, pois nele ocorre a expressão política mais concreta do conjunto de territórios e grupos sociais. A escala municipal emerge em um contexto de busca por mais cidadania e poder local no Brasil. O federalismo brasileiro, conforme definido pela engenharia política da Constituição de 1988, permite que o município seja o local onde as decisões políticas mais diretas são tomadas, justamente porque é onde as

peçoas fazem política e as políticas públicas são efetivamente executadas. O federalismo, ao descentralizar o poder, impõe limites à ação da sociedade local sobre seu próprio território (Castro, 2005).

Metodologia e limitações

Para investigar a distribuição de votos de supostos milicianos, adotamos uma abordagem quantitativa e exploratória baseada na análise de autocorrelação espacial. As unidades espaciais analisadas foram as zonas eleitorais (ZEs), definidas pela latitude e longitude de cada uma, conforme detalhado nos anexos. Utilizamos o *software RouteConverter* para geocodificar as ZEs a partir dos endereços fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), resultando em um arquivo KML. Importante ressaltar que as zonas eleitorais sofreram reorganização em 2017, de acordo com a Resolução nº 982/2017 do TRE-RJ, alterando os locais usados nas eleições após 2016. Os dados georreferenciados foram inclusos nos anexos deste estudo, e o *software Geoda* foi utilizado para gerar as estatísticas de autocorrelação espacial e correlação espacial entre os candidatos.

A zona eleitoral é uma unidade de análise artificial, criada pela Justiça Eleitoral a partir de um conjunto de dados. Sua utilização foi uma estratégia adotada devido à ausência de localizações das seções eleitorais do Rio de Janeiro antes de 2017, período que abrange nossa análise, incluindo as eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Embora essa escolha tenha viabilizado a pesquisa, ela impõe limitações significativas. Primeiramente, as ZEs não correspondem exatamente ao local de votação do eleitor, sendo apenas agrupamentos de seções eleitorais de uma região administrativa e, muitas vezes, não representam o mesmo bairro do eleitor. Além disso, as ZEs podem não refletir o local de residência dos eleitores, o que pode gerar distorções nos resultados empíricos apresentados. Idealmente, deveríamos trabalhar com seções eleitorais, onde há maior probabilidade de que os eleitores votem e residam⁴, proporcionando uma representação mais precisa de suas preferências políticas espaciais. No entanto, devido à redefinição das zonas e seções eleitorais pelo TRE-RJ nos últimos anos e ao grande volume de dados, optamos por não seguir esse caminho.

Duas unidades de medição foram adotadas para se enquadrar na tipologia de Ames (2003). A primeira se refere à dimensão entre concentração e dispersão. Candidatos

⁴ O recadastramento e a biometria realizadas para eleições mais recentes aumentou as chances de que essa vinculação ocorra, porém não cabe aos anos analisados.

concentrados são aqueles mais expressivos em determinadas zonas, com resultados eleitorais semelhantes nos distritos vizinhos onde tiveram alta expressão eleitoral. Candidatos dispersos tiveram votação espalhada pelas zonas eleitorais, sem resultados necessariamente similares nos distritos vizinhos ou sem concentração de votos em zonas eleitorais adjacentes (Terron *et al.* 2012).

A classificação foi realizada a partir do Índice de Moran I ou Índice de Moran Global com peso de *queen contiguity*⁵. Este índice é capaz de medir a autocorrelação entre territórios e indicar a existência de *clusters* ou *outliers* nos padrões de votação. Baseando-se no principal estudo sobre o tema no Brasil, de Sonia Terron *et al.* (2012), o índice foi calculado com o percentual de votos do candidato por zona eleitoral e classificado entre concentrados e dispersos com base na média total dos valores obtidos.

Embora os valores devessem idealmente ser calculados anualmente, devido à baixa amostra anual da pesquisa, optou-se por uma abordagem agregada, o que é mais uma das limitações deste trabalho. Como discutido por André Borges *et al.* (2016), a eleição e a reeleição são processos distintos e complexos que são difíceis de comparar. Além disso, devido à falta de constância dos trabalhos na área, que adotam unidades espaciais de análise variadas (Gelape, 2017) e formas de cálculo distintas, a comparação se mostrou inviável, e os resultados podem ser conflitivos. Assim, nosso objetivo é identificar padrões entre os candidatos analisados, sem a intenção de comparar o conjunto de candidatos à vereança no Rio de Janeiro.

Para classificar a dimensão entre dominância ou compartilhamento, estipulou-se um valor para definir dominantes como candidatos que capturam uma expressiva fatia do eleitorado na zona e compartilhados como aqueles que dividem seu eleitorado com outros candidatos. Segundo Silva (2011), todos os candidatos que obtiveram o dobro de votos do segundo colocado na zona eleitoral e, ao menos, 10% de todo o distrito foram considerados dominantes.

Este critério permite identificar os candidatos que se destacam nas zonas eleitorais sem considerá-los dominantes apenas pelo resultado representativo na zona eleitoral, considerando o impacto no total de eleitores na zona, abordagem não considerada em estudos anteriores como os de Corrêa (2011), Carvalho *et. al* (2010), Ames (2003), Terron *et al.* (2012) e Silva (2009). O índice de Ames de dominância média, conforme Avelino *et al.* (2011), não considera a heterogeneidade da distribuição de votos entre os distritos ou municípios, ignorando o fator de

⁵ O *queen contiguity* é recomendado para lidar com possíveis erros no arquivo dos polígonos, nesse caso, dos polígonos das zonas eleitorais. O site do Geoda traz informações mais detalhadas sobre o uso, a diferença do *rock* como peso e algumas recomendações para o uso das estatísticas espaciais do software: https://geodacenter.github.io/workbook/4a_contig_weights/lab4a.html#queen-contiguity

ponderação, o que torna o índice inadequado para verificar a concentração, pois é sensível apenas à votação do candidato no distrito, refletindo apenas o número absoluto de votos e não uma proporção mais significativa.

Tabela 2 – Candidatos à vereança no Rio de Janeiro com possível ligação com as milícias

Nome completo	Nome na urna	Partido(s)	Eleições	Resultado	N° na urna	Status no momento da pesquisa ⁶
Jerônimo Guimarães Filho	Jerominho	MDB	2000	Eleito	15670	Assassinado ⁷
			2004	Eleito		
Josinaldo Francisco da Cruz	Nadinho	AVANTE	2000	Eleito	70625	Assassinado em 2009 ⁸
	Nadinho de Rio das Pedras	DEM	2004	Suplente	25100	
			2008	Suplente	25100	
Luiz André Ferreira da Silva	Deco	PR	2004	Suplente	56770	Em liberdade condicional ⁹
			2008	Suplente	22770	
Cristiano Girão Matias	Cristiano Girão	PMN	2004	Suplente	23233	Preso ¹⁰
			2008	Eleito por média	23233	
Jorge Luiz Haut	Jorge Babu	PT	2000	Eleito por média	13444	Condenado, mas em liberdade ¹¹
			2004	Eleito	13444	
Carmen Glória Guinâncio Guimarães	Carminha Jerominho	Solidariedade	2008	Eleita por média	70670	Presa ¹²
			2012	Não eleita	70670	

⁶ A presente pesquisa concluída em 2022, o status foi obtido através de matérias jornalísticas.

⁷ Jerominho foi preso por extorsão em Campo Grande em 2022, mas em seguida foi assassinado. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-01/ex-vereador-e-policial-civil-jerominho-e-presos-novamente-no-rio>. Último acesso: 12/05/2022. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/04/quem-e-jerominho-ex-vereador.ghtml> > Último acesso: 19 set. 2022.

⁸ Após denunciar a atuação de milicianos, Nadinho foi assassinado. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ex-vereador-nadinho-de-rio-das-pedras-assassinado-em-atentado-na-barra-298609.html> > Último acesso: 12 maio 2022.

⁹ Deco está em liberdade condicional desde 2019. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/07/ex-vereador-acusado-de-homicidio-faz-campanha.html> > Último acesso em: 12 maio 2022.

¹⁰ Cristiano Girão está preso desde 2021. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/11/jogos-de-azar-armas-e-marielle-suspeitas-e-acusacoes-contra-ronnie-lessa.htm> > Último acesso em: 12 maio 2022.

¹¹ Condenado por formação de quadrilha. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/12/cpi-milicias-politicos/>> Último acesso em: 12 maio 2022.

¹² Presa em 2021 por adquirir celulares roubados em esquema que a polícia aponta como relacionado às milícias. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/25/operacao-mira-receptadores-de-eletronicos-roubados-no-rj.ghtml> > Último acesso em: 12 maio 2022.

Marcello Siciliano	Marcello Siciliano	PHS	2016	Eleito por média	31888	Em liberdade, após ser preso por suspeita de participação na morte da ex-vereadora Franco ¹³
Jair Barbosa Tavares	Zico Bacana		2004 2016	Suplente Eleito por quociente partidário	31201	Baleado no período eleitoral de 2020, em Marechal Hermes, região dominada por milicianos e seu principal reduto eleitoral ¹⁴
Francisco Félix Valente	Chiquinho Sepetiba	PFL/DEM	2004 e 2008	Suplente		Preso, foi enunciado por organização criminosa e lavagem de dinheiro
Luiz Monteiro da Silva	Doem	PTC	2008	Suplente	36007	Preso, foi enunciado por organização criminosa e lavagem de dinheiro ¹⁵
Marcio Amaral Castilho	Marcio	PRB	2008	Suplente	10311	
Jurani Ferreira	Jurani	PSL	2008	Suplente	17017	Assassinado em 2011 ¹⁶

¹³ Apesar das investigações serem sigilosas, a relação de Siciliano com a morte de Marielle Franco foi aventada diversas vezes, ele chegou a ser preso. Além disso, várias reportagens, baseadas em investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro, indicam o relacionamento do vereador com milicianos.

¹⁴ O ex-vereador Zico Bacana foi vítima de uma tentativa de assassinato durante sua campanha em 2020, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Além de ser citado na CPI, ele também depôs no inquérito que investiga a morte de Marielle Franco.

¹⁵ Doem foi denunciado pelo Ministério Público, para além da CPI das Milícias.

¹⁶ Segundo o Ministério Público, foi assassinado pelo miliciano Nem do Gás, Luis Antonio Guimarães Lima. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/miliciano-acusado-pelo-ministerio-publico-de-assassinar-pm-em-campo-grande-2093209.html>.

Israel Barbosa Gonçalves	Israel	PTB	2008	Suplente	14007	
João Francisco Inácio Brazão	Chiquinho Brazão	MDB	2008 – 2012 - 2016			Deputado federal, é investigado por envolvimento no assassinato de Marielle. Investigações apontam sua ligação com as milícias e disputa com Siciliano ¹⁷

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), fontes de cunho jornalístico e no Relatório Final da CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Domínio territorial e político: as zonas eleitorais

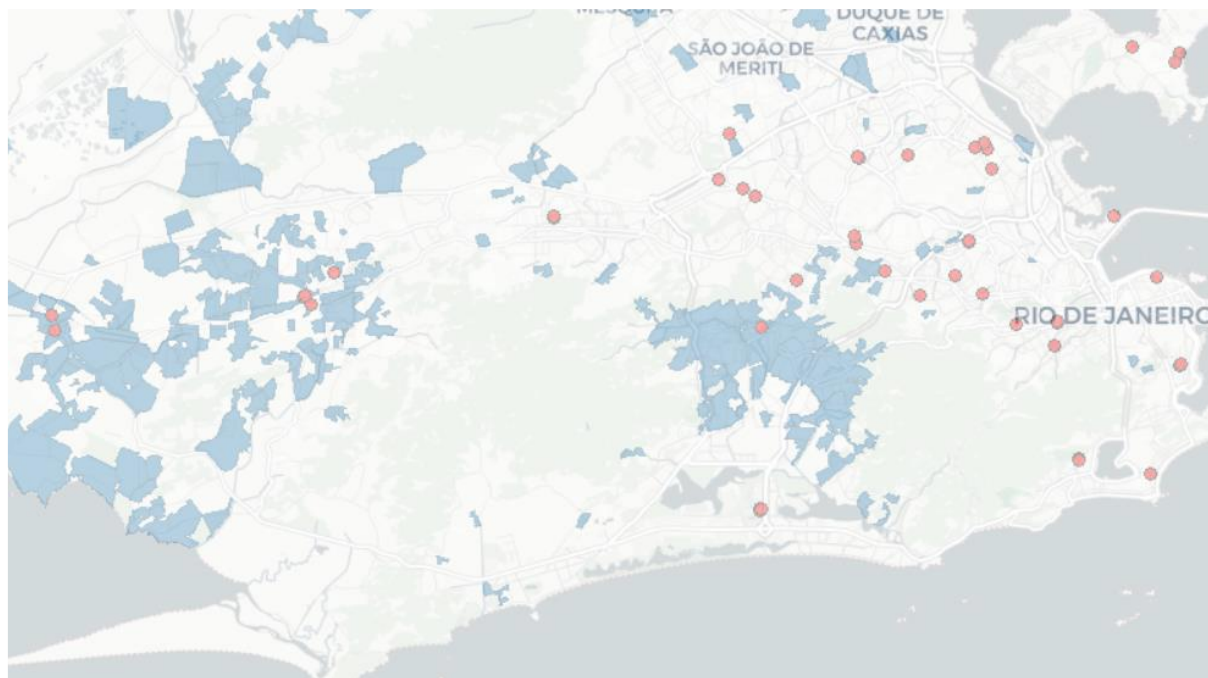
Há mais de uma década, Alba Zaluar e Isabel Conceição (2007) destacaram um intenso movimento de agenciamento político dos territórios controlados por milicianos. Em sua pesquisa etnográfica, Zaluar observou que a Associação de Amigos e Moradores de Rio das Pedras promoveu uma campanha para regularizar o título eleitoral dos moradores. O foco era transferir títulos de eleitores registrados em outros municípios ou estados e regularizar a situação cadastral daqueles com impedimentos, especialmente nordestinos residentes nos bairros da Zona Norte que não tinham transferido seu título para a cidade. O objetivo era garantir a eleição de Nadinho como vereador, e, para isso, kombis contratadas pelos milicianos transportavam os moradores aos cartórios eleitorais do TRE-RJ.

Este episódio ressalta a relevância das eleições na dinâmica da economia política das milícias e a maneira como o território conecta esses grupos às eleições, particularmente devido à sua forte dependência territorial. Conforme ilustrado pelo ‘Mapa 1’, que acompanha este texto, pelo menos 48 das 97 zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro têm algum contato com regiões dominadas por milícias. Embora isso não signifique que todas estas zonas estejam

¹⁷ Investigações sugerem o relacionamento dos Brazão com o Escritório do Crime. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/12/caso-marielle-franco-escritorio-do-crime-milicia-familia-brazao-escutas.htm>. Investigações apontam o relacionamento de Chiquinho Brazão com milicianos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: <https://theintercept.com/2020/06/22/investigacao-marielle-expo-conexoes-veredores-milicias/>.

sob influência direta das milícias ou que o voto seja totalmente condicionado por ações milicianas, é evidente que o poder de influência desses grupos abrange uma vasta área da cidade.

Mapa 1 – Zonas eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias



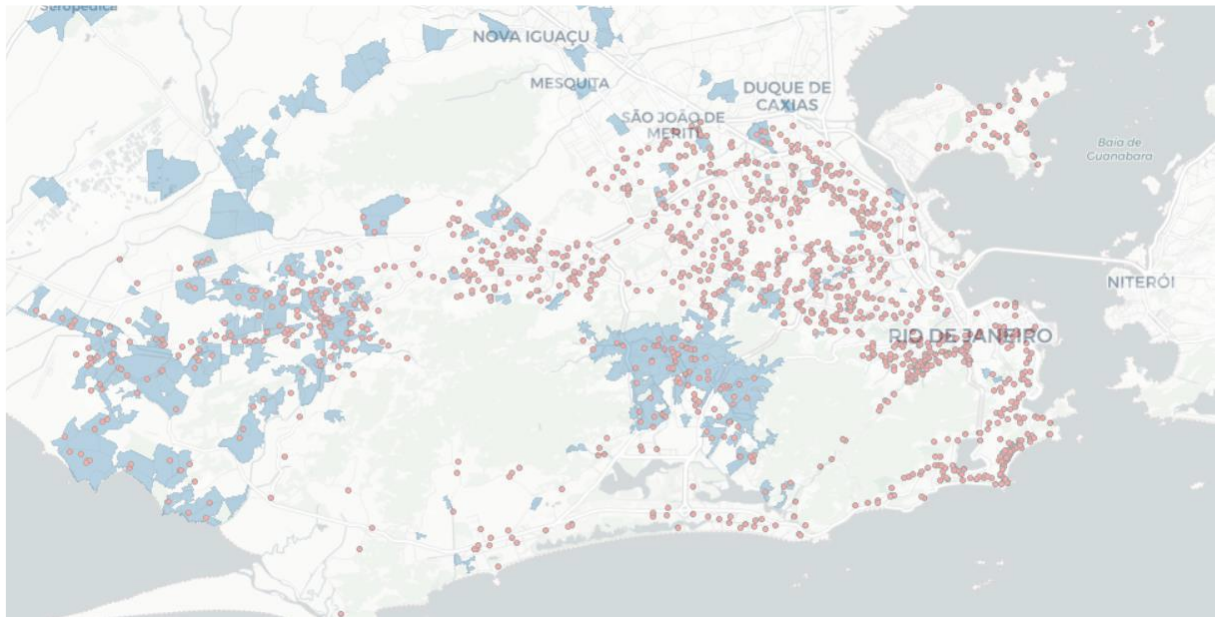
Em vermelho: zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro;

Em azul: territórios com presença de milícias.

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro¹⁸ e do Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro.

¹⁸ Disponível em: <https://erickgn.github.io/mapafc/>

Mapa 2 – Seções eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias



*Em vermelho: seções da cidade do Rio de Janeiro;
Em azul: territórios com presença de milícias.*

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro e do Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro.

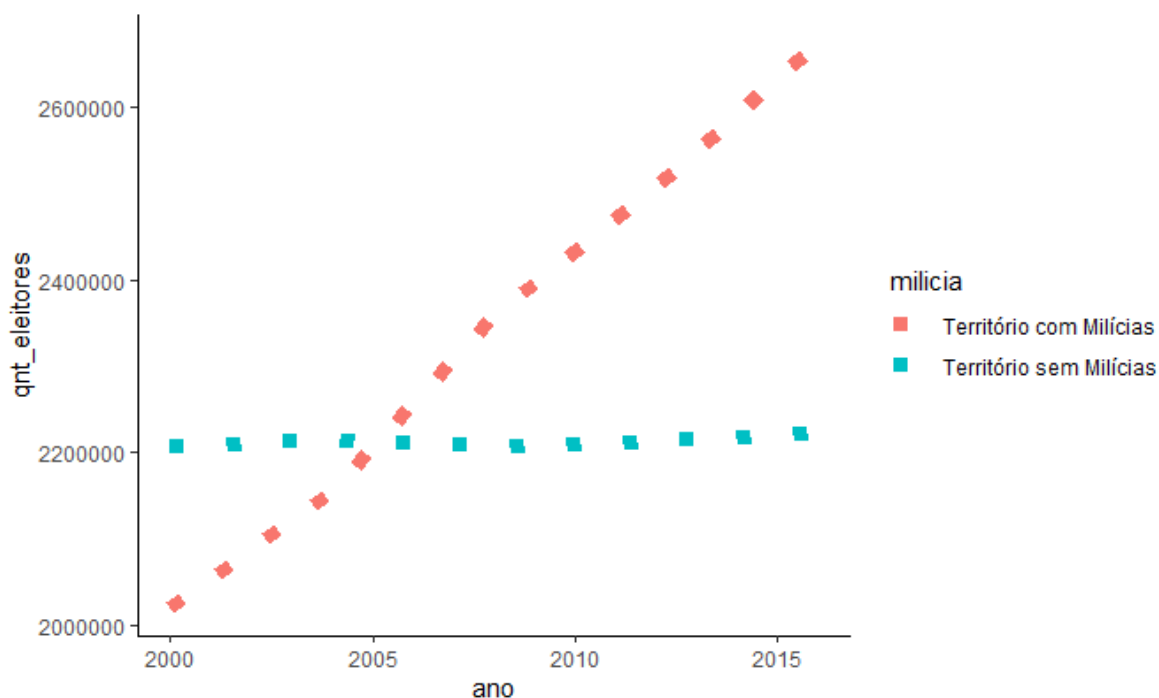
No 'Mapa 2', que oferece um detalhamento mais aprofundado do que o anterior, é possível observar uma concentração de seções eleitorais em áreas de milícias nas Zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Analisando os números de eleitores nessas zonas e referenciando a pesquisa de Alba Zaluar (2007), nota-se um crescimento populacional de eleitores nessas regiões superiores à média. Enquanto o crescimento médio nas zonas eleitorais foi de 15,54% entre os anos 2000 e 2016, nas regiões dominadas por milícias, esse índice atingiu aproximadamente 31,54%, conforme os dados anexos.

Especificamente, a Zona Eleitoral n° 179, que abrange as seções eleitorais de Rio das Pedras e Gardênia Azul, ambas áreas de milícia, mas localizadas na Barra da Tijuca, apresentou um aumento de mais de 121% no número de eleitores no mesmo período. Outros exemplos a Zona Eleitoral n° 25, em Campo Grande, e a Zona Eleitoral n° 20, em Santa Cruz, que registraram crescimentos de mais de 137% e 91%, respectivamente.

O Gráfico 1 mostra que o crescimento do número de eleitores nas regiões de milícias foi mais acentuado. Além do crescimento populacional geral da cidade, o aumento no número de eleitores nessas áreas pode ser explicado pelo controle urbanístico dos milicianos sobre a ocupação territorial, que se intensificou nos últimos anos através de práticas como a grilagem. Essa dominação territorial não apenas modifica a paisagem urbana, mas também é

acompanhada de coação e cooptação dos eleitores, pressionando-os a regularizar seus cadastros eleitorais em troca de vantagens, consolidando assim o poder político das milícias nessas regiões.

Gráfico 1 – Número de eleitores por tipo de território



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do TSE, Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro e do TER-RJ.

De toda sorte, para maior robustez do dado, é preciso inserir uma variável independente de controle, o crescimento populacional por região da cidade. Esse parâmetro é essencial para compreender o aumento do poder político das milícias ao longo do tempo. Além disso, diversas pesquisas destacam como as milícias influenciaram o projeto urbano do Rio de Janeiro, contribuindo para o adensamento populacional nos bairros periféricos.

Quando se analisa o domínio territorial sob o controle armado das milícias, fica evidente a restrição do poder de controle político e da liberdade dos eleitores. Isso ocorre por duas razões principais. Primeiramente, há o risco de aumento da repressão em casos em que os políticos apoiados pelas milícias não sejam eleitos. Essa coerção política é amplamente documentada na literatura especializada (Manso, 2020; Alves, 2020; Arias, 2013; Lins, 2023; Trudeau, 2022).

Em segundo lugar, mesmo na ausência de ameaças diretas ou violência física, a própria dinâmica da economia criminal cria incentivos para que os moradores votem em candidatos apoiados pelas milícias. A não eleição desses candidatos pode levar à redução do apoio do poder público e ameaçar as estruturas de poder político e econômico local. Isso significa que,

independentemente da concordância com práticas criminais, os eleitores podem enfrentar prejuízos significativos. Por exemplo, as milícias que controlam a distribuição de terras e a construção ilegal podem colocar os moradores em risco de desalojamento, caso a ocupação seja reconhecida como ilegal pelo governo. Trabalhadores de empreendimentos irregulares também podem perder seus empregos. Em suma, as consequências de um desfavorecimento eleitoral se estendem por toda a comunidade, configurando uma situação em que o benefício é condicionado ao apoio político fornecido ao “cliente” das milícias.

O perfil dos vereadores

O perfil dos candidatos à vereança ligados às milícias é analisado com base em uma variável-chave, conforme descrito na tipologia de Ames (2003), que é o marco teórico-metodológico fundamental na geografia eleitoral. Essa variável é utilizada para avaliar a dominância ou o compartilhamento e a concentração ou dispersão dos resultados eleitorais dos vereadores.

A análise dos dados revela que a maioria dos vereadores apresenta um padrão de compartilhamento, com casos de dominância sendo excepcionais. A Tabela a seguir ilustra que apenas quatro candidatos se desviaram dessa tendência, com dois deles aparecendo em mais de uma eleição. Apesar de obterem alta votação, esses candidatos raramente alcançaram dominância em suas zonas eleitorais, com exceção dos casos detalhados a seguir. Ainda que tenha participação expressiva na eleição, esses candidatos dividem com outros a zona eleitoral.

Nadinho, em duas ocasiões, Deco, Chiquinho Brazão, também em dois pleitos consecutivos, e Zico, se destacaram dos demais, dominando a zona eleitoral com pelo menos 10% do total de votos e o dobro dos votos do segundo colocado em suas respectivas eleições. Esses candidatos tiveram votações expressivas nos pleitos em que concorreram e foram classificados como dominantes em comparação com outros candidatos.

Entretanto, é importante destacar que uma votação elevada não necessariamente garante a dominância em uma zona eleitoral. Existem candidatos que conseguem concentrar a maioria de seus votos em uma única zona eleitoral e, conseqüentemente, podem dominá-la, mesmo sem um número elevado de votos totais. Esta análise sublinha que a capacidade de dominar uma zona eleitoral não é diretamente proporcional ao total de votos recebidos, evidenciando a complexidade da influência eleitoral nas áreas controladas por milícias.

Tabela 3 – Desempenho detalhado candidatos com perfil dominante nas Zonas Eleitorais (ZE)

Candidato	Eleição	ZE	Votos	Percentual de votos obtidos na ZE	Percentual acima do segundo colocado ¹⁹
Nadinho	2004	179	15.239	19%	234%
Nadinho	2008	179	10.296	11%	209%
Deco	2008	13	5.311	11%	119%
Brazão	2008	180	10745	13%	496%
Brazão	2012	180 e 182	180: 8188 182: 7654	Ambos 10%	180: 240% 182: 238%

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

A Tabela 3 não apenas identifica os políticos com um perfil eleitoral dominante, mas também destaca aqueles com uma influência significativa na política local dos bairros do Rio de Janeiro e que possuem fortes redes clientelistas. O perfil dominante de Nadinho de Rio das Pedras, Deco e Chiquinho Brazão ressalta seu controle territorial e a capacidade de atuar como chefes locais. Essa dominância é especialmente marcante nas áreas onde eles exercem uma atuação política intensa e mantêm controle territorial: Nadinho de Rio das Pedras em Rio das Pedras e Gardênia Azul, Deco em Jacarepaguá, e Chiquinho Brazão em Tanque e Taquara. Todas essas regiões são rigorosamente controladas por grupos milicianos.

Os outros vereadores foram classificados como compartilhados, conforme indica a Tabela 4. A análise dos resultados sugere uma divisão entre perfis dispersos e compartilhados, sem um padrão claro nesse eixo, mas com uma tendência geral de que a maioria dos candidatos tem um perfil de votação compartilhado. Isso inclui até mesmo aqueles com um número de votos acima da média, que, contrariamente ao esperado, não demonstram uma expressão eleitoral dominante, mas sim compartilhada. Essa observação sublinha a complexidade das dinâmicas eleitorais nas regiões controladas por milícias, onde a influência política pode se manifestar de maneiras diversas e não necessariamente se traduzir em uma votação majoritariamente concentrada ou dominante.

¹⁹ 100% é o aumento mínimo de vantagem sobre o segundo colocado e 10% é o valor mínimo de votos que o candidato precisa ter no total de votos na Zona Eleitoral.

Tabela 4 – Distribuição dos candidatos a partir da tipologia de Ames

Candidato	Ano	Moran	Disperso/concentrado	Dominante/compartilhado	Votos
Jerominho	2000	0,456	Concentrado	Compartilhado	20560
Nadinho	2000	0,193	Disperso	Compartilhado	8180
Jorge Babu	2000	0,118	Disperso	Compartilhado	12890
Jerominho	2004	0,582	Concentrado	Compartilhado	33373
Chiquinho Brazão	2004	0,025	Disperso	Compartilhado	28710
Nadinho	2004	0,169	Disperso	Dominante	34764
Deco	2004	0,039	Disperso	Compartilhado	5348
Cristiano Girão	2004	0,185	Disperso	Compartilhado	7745
Jorge Babu	2004	0,494	Concentrado	Compartilhado	24532
Chiquinho Sepetiba	2004	0,030	Disperso	Compartilhado	7853
Nadinho	2008	0,128	Disperso	Dominante	16838
Deco	2008	0,065	Disperso	Dominante	12498
Cristiano Girão	2008	0,176	Disperso	Compartilhado	10445
Carminha Jerominho	2008	0,488	Concentrado	Compartilhado	22068
Zico Bacana	2008	0,013	Disperso	Compartilhado	3310
Chiquinho Sepetiba	2008	0,114	Disperso	Compartilhado	10450
Doen	2008	0,080	Disperso	Compartilhado	4047
Marcio	2008	0,074	Disperso	Compartilhado	2690
Jurani	2008	0,249	Concentrado	Compartilhado	3066
Israel	2008	0,385	Concentrado	Compartilhado	1706
Chiquinho Brazão	2008	0,128	Disperso	Dominante	37845
Carminha Jerominho	2012	0,255	Concentrado	Compartilhado	6234
Chiquinho Brazão	2012	0,156	Disperso	Dominante	35644
Marcello Siciliano	2016	0,195	Disperso	Compartilhado	13553
Zico Bacana	2016	0,026	Disperso	Compartilhado	7932
Chiquinho Brazão	2016	0,135	Disperso	Dominante	35655

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral e utilizando o *Geoda*.

A média dos resultados obtidos entre concentrado e compartilhado foi de 0,2085, indicando a possibilidade de segmentar os padrões de votação dos candidatos milicianos ao analisar os dados por zonas eleitorais. No entanto, conforme discutido na seção metodológica deste estudo, não é possível fazer uma comparação direta com o conjunto geral de candidatos. Em geral, a maioria dos candidatos milicianos apresentou um padrão de votação disperso. Portanto, considerando ambos os eixos da classificação da tipologia de Ames (2003), o perfil mais prevalente é disperso e compartilhado.

O padrão de votação compartilhado sugere que esses candidatos receberam muitos votos em regiões com um alto número de eleitores, conforme apontado por Terron *et al.* (2012). Essa observação é corroborada pelo aumento da população eleitoral em bairros com presença de milícias. Além disso, o padrão disperso revela o estabelecimento de redes de clientelas que são, por natureza, mais fragmentadas e menos concentradas. Este fenômeno reflete a natureza da

influência política das milícias, que, embora extensa, não necessariamente se traduz em uma dominância eleitoral abrangente em áreas específicas, mas sim em uma ampla dispersão de apoio em múltiplas regiões. Um apoio contíguo pelo território da cidade.

As conexões entre as milícias e seus candidatos

Criamos uma tabela que detalha as conexões dos políticos com grupos milicianos. O nível de envolvimento varia significativamente: alguns políticos são líderes desses grupos, enquanto outros desempenham papéis mais periféricos nas organizações. Além disso, muitos deles estão associados a mais de um grupo miliciano e mantêm relações com outros, o que lhes permite fazer campanha em diferentes territórios. O objetivo desta análise é comparar o padrão de distribuição dos votos e as conexões entre os locais de votação desses políticos e as áreas vizinhas.

Tabela 5 – Grupo miliciano ao qual os candidatos e os vereadores estão supostamente ligados

Grupo miliciano ou bairro onde atua/atuava a milícia	Vereador com indícios de ligação com grupo, na posição de chefia ou de associado
Gardênia Azul	Cristiano Girão, Marcello Siciliano, Cristiano Brazão
Rio das Pedras	Nadinho, Carminha Jerominho, Jorge Babu, Jerominho, Chiquinho Brazão
Liga da Justiça	Jerominho, Carminha Jerominho, Jorge Babu, Chiquinho Sepetiba, Israel
Pessoal do Deco	Deco, Doen
Praça Seca	Doen
Guadalupe	Zico Bacana, Cristiano Girão
Recreio dos Bandeirantes – Comunidade Terreirão	Girão
Comunidades da Linha, Mata Quatro e Eternit	Zico
Pedra de Guaratiba	Jorge Babu
Guaratiba e Jardim Maravilha	Jerominho, Jurani
Realengo	Jerominho
Escritório do Crime	Marcello Siciliano, Chiquinho Brazão

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da CPI das Milícias (2008) e do relatório do inquérito da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil (2018).

A partir dessas ligações, comparamos duas eleições para cada possibilidade, usando anos eleitorais diferentes. Utilizamos o Índice de Moran I Bivariado para identificar correlações positivas, negativas ou nulas entre os valores das zonas eleitorais vizinhas de um candidato em comparação com outro que atua em um território similar ou no mesmo grupo miliciano. Essa análise se baseia nos dados coletados pela CPI das Milícias.

Gardênia Azul

O principal nome da milícia de Gardênia Azul foi o ex-vereador Girão, que seria líder do grupo segundo a CPI das Milícias, e mais tarde o vereador Siciliano é apontado como bem relacionado na região. Os Brazão são apontados como chefes do grupo e da região atualmente. Os dados da própria CPI já indicavam a disputa territorial e poder na região em 2008. Se aprofundou também a disputa entre os Brazão e Siciliano no local²⁰.

A comparação do Moran Global Bivariado mostra uma correlação positiva entre os valores observados nas regiões vizinhas das zonas eleitorais de Cristiano Girão e Marcello Siciliano, com o resultado entre 0,225 e 0,190. A comparação entre Chiquinho Brazão e Cristiano Girão teve um valor estatisticamente positivo e não nulo. Nos principais redutos eleitorais a votação é comparável. Em Gardênia e Rio das Pedras os votos são altos dos dois. No entanto, nas regiões onde teve uma votação mediana, Chiquinho Brazão se diferenciou de Girão, que teve poucos votos.

Existe um indício de repetição do positivo padrão de distribuição de votos entre as zonas eleitorais que são vizinhas. Brazão fez muito mais votos que Girão em todas as eleições, mas a distribuição de seus votos tem alguma similaridade. Comparar os resultados de Girão em 2004 e Brazão em 2008 mostra que eles se igualaram no desempenho em Gardênia Azul e Rio das Pedras. Entretanto, os dois também tem visíveis diferenças, que se devem mais ao sucesso eleitoral de Brazão do que uma diferença substantiva dos votos recebidos. Enquanto Brazão foi *dominante* com mais de 10 mil votos em Taquara, Girão fez 383. Nos anos seguintes de comparação, Brazão consolidou seu desempenho nos bairros onde Girão teve sucesso.

Por outro lado, Chiquinho Brazão e Marcello Siciliano, que já foram apontados como suspeitos de ligação com mandantes e executores do assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, tem uma correlação espacial positiva. Isso indica que a distribuição de seus votos, seja das votações baixas e altas, tem uma lógica parecida de distribuição geográfica. A correlação foi de 0,224 e 0,256 quando comparados em diferentes anos eleitorais.

Os políticos foram apontados por investigações policiais como chefes nas relações de clientela em Gardênia Azul. Os Brazão, no entanto, com o declínio de Girão após sua prisão, supostamente assumiram o controle da milícia local e aprofundaram a disputa por hegemonia

²⁰ Investigação paralela da morte da ex-vereadora Marielle Franco, a Polícia Federal identificou uma disputa aliados de Chiquinho Brazão e Marcello Siciliano pelo espaço comunitário de Gardênia Azul. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/15/caso-marielle-franco-o-campo-da-discordia-entre-os-brazao-e-siciliano.htm>>.

local com Siciliano, por isso a distribuição de votação similar. Em 2016, Marcello Siciliano fez 1.423 votos para vereador na zona eleitoral 179, situada na Barra e que atende as regiões com presença de milícias, Gardênia Azul e Rio das Pedras. No mesmo período, Chiquinho Brazão fez 6.811 votos. Um decréscimo de quase 16% em relação aos 8.103 votos obtidos em 2012 e ao crescimento que vinha obtendo anteriormente, 1.791 votos em 2004 e 3.332 votos em 2008. Siciliano chegou a enfrentar o pai de Chiquinho Brazão, Domingos Brazão, nas eleições para deputado estadual e vencer na região.

Rio das Pedras

O ex-vereador Nadinho foi apontado como o chefe da milícia da região pela CPI das Milícias. Além disso, Carminha Jerominho, Jerominho, Jorge Babu e Chiquinho Brazão teriam conexões dos milicianos na dinâmica local, apesar de não serem indicados com posição de poder relevante na região.

Em comparação entre a ex-vereadora Carminha Jerominho e Nadinho, a correlação do índice de Moran Global Bivariado é inexistente. Os dados mostram que existiu uma pequena variação entre a comparação dos resultados eleitorais. O resultado indica que os valores das zonas vizinhos dos candidatos são inversamente ligados, com a intensidade estatística variando entre -0,021 e -0,042. Carminha Jerominho não teve sucesso nos redutos eleitorais de Nadinho e o contrário é válido. No bairro dos milicianos Jacarepaguá (Zona Eleitoral 13), enquanto Nadinho fez 5.465 votos em 2004, Carminha Jerominho fez apenas 13 votos. Em Santa Cruz e Campo Grande, Carminha tem um número expressivamente maior. No bairro de Gardênia Azul e Rio das Pedras, principal reduto de Nadinho e onde ele chegou ter a *dominância* dos votos, ele fez expressivos 15.239 votos e Carminha Jerominho 16 votos.

Os resultados comparados entre o chefe de Rio das Pedras, Nadinho, também chamado de Nadinho de Rio das Pedras na disputa eleitoral, e Jorge Babu, não foram expressivos em nenhum dos anos comparados. O índice de Moran entre Nadinho e Babu variou entre -0,041 e 0,010 quando comparados a partir do mesmo período. O resultado da comparação entre Jerominho e Nadinho também teve resultado de correlação negativo no cálculo do Moran Global comparado e baixa variação entre os anos de comparação, com uma variação entre -0,053 e -0,045. Nadinho controlava a Liga da Justiça em Rio das Pedras antes de ser assassinado em 2009, grupo comandado pelos irmãos Jerominho e Natalino. Mas Jerominho não teve sucesso eleitoral na região, apesar da conexão com o miliciano assassinado. Os principais

resultados dos redutos eleitorais de Nadinho e Jerominho são destoantes. Ao comparar a performance deles nos anos 2000, além do número de votos despassados em zonas eleitorais em que um deles teve votação mediada e o outro votação baixíssima, chama atenção para o desempenho nas zonas eleitorais mais fortes.

A comparação entre Nadinho e o vereador Chiquinho Brazão indica uma correlação espacial baixa. Ainda que não muito forte, o Índice de Moran apresentou uma variação positiva. Nos dois extremos, os índices não estão distantes, na comparação da eleição de 2012 de Brazão com a 2000 de Nadinho o valor foi de 0,187. O valor mais baixo foi de 0,068. Um olhar mais detalhado revela que existem pontos de contato entre os candidatos, mas existem divergências significativas entre os redutos eleitorais. Apesar da indicação de conexão com milícias de Rio das Pedras, os candidatos à vereança não igualaram seu padrão de desempenho em locais vizinhos com Nadinho, o líder local. De modo geral, a correlação foi baixa, sendo o resultado mais significativo o de Chiquinho Brazão em relação a Nadinho. Indicando, em consonância com os dados apresentados na seção anterior, uma forte *dominância* de Nadinho na área em detrimento ao compartilhamento de votos onde é mais forte.

Liga da Justiça

Jerominho é o líder da Liga da Justiça e emplacou Carminha Jerominho como sua sucessora nas tentativas de conseguir uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Jorge Babu, Chiquinho Sepetiba e Israel também tem conexões com o grupo que atua principalmente em Campo Grande, Rio das Pedras e Santa Cruz. Sua filha, Carminha, tem a votação com a distribuição geográfica mais similar à de Jerominho e a correlação estatísticas mais significativa dentre as comparações possíveis. Os Jerominho têm uma expressiva votação nas regiões com presença de milícia, mas sem ter perfil *dominante* em nenhuma delas. Carminha teve 11 mil votos a menos que o pai. Mas em comum, nas regiões onde obteve sua maior votação foram as mesmas que Jerominho.

Carminha Jerominho e Jorge Babu tem uma correlação espacial relevante quando visto em relação as demais análises. Os dados apontam uma possível transferência de votos também de Babu para Carminha, principal herdeira do capital político da Liga da Justiça após o afastamento de grandes figuras, como seu pai, Jerominho, e o próprio Babu. Em comparação da eleição de Babu em 2004 e Carminha Jerominho em 2008, o índice de Moran I foi de 0,419. A intensidade do Moran I na comparação entre Carminha em 2012 e Babu em 2004 foi um

pouco menor, devida à redução dos votos totais de Carminha Jerominho, ficando em 0,325. É também possível encontrar correlação entre a distribuição de Carminha e Sepetiba, quando comparado em anos distintos. Os dados da comparação entre os desempenhos eleitorais de 2004 e 2008, respectivamente, apontam um índice de correlação de 0,369 e o dado relativo à comparação entre 2008 e 2012 apresenta um índice de Moran de 0,356.

A comparação dos votos de Carminha Jerominho e Israel é aproximada dos dados apresentados anteriormente. Na comparação entre a eleição de Israel em 2008 e Carminha Jerominho em 2012, o índice de Moran ficou em 0,420 e de 0,488 quando comparado o resultado eleitoral do ano de 2008 de ambos.

A votação de Israel em 2008 e de Carminha em 2012 não foi suficiente para os eleger. Os dois foram suplentes no período. A semelhança da sua distribuição eleitoral é dada sobretudo pelas regiões em que os dois tiveram votações pequenas ou que correspondem a valores medianos do total de votação obtido por eles. Nenhum chama atenção, já que Israel não conseguiu sucesso eleitoral notável nas regiões de milícias ou em outras, com exceção da Zona Eleitoral n.º 25, que atende Guaratiba e parte do bairro de Santa Cruz, controlados por milícias.

Chiquinho Sepetiba e Jerominho apresentam uma comparação similar à de Sepetiba com Carminha, devido ao padrão de voto familiar associado aos Jerominhos. Os resultados eleitorais de Sepetiba em 2004 e 2008 e de Jerominho em 2000 e 2004 demonstram uma correlação positiva de 0,384 e 0,443, respectivamente. Em 2008, Chiquinho Sepetiba obteve 346 votos e Jerominho, 479 votos, na Zona Eleitoral n.º 240, na região de Santa Cruz, bairro dominado pelas milícias. Na Zona Eleitoral n.º 243, que atende Guaratiba, Jerominho recebeu 3.443 votos, enquanto Sepetiba obteve 628 votos, representando mais de 6% do total de votos recebidos por Jerominho. Por fim, no principal reduto eleitoral de Chiquinho Sepetiba, a Zona Eleitoral n.º 25, que abrange os bairros de Sepetiba e Santa Cruz, Jerominho obteve 697 votos, enquanto Chiquinho recebeu 4.617 votos.

O índice de correlação entre os votos de Israel e Jerominho foi um dos mais altos encontrados. Comparando Israel com Jerominho em 2000, o Índice Moran I foi de 0,530, e na eleição de Jerominho em 2004, o índice foi ainda mais forte, atingindo 0,547. Embora Israel tenha obtido uma votação relativamente baixa em comparação com Jerominho, seu principal reduto foi nos bairros de Sepetiba, atendidos pela Zona Eleitoral n.º 25, uma área com presença de milicianos. Em 2008, Israel obteve 431 votos nesta região, enquanto em outras áreas não ultrapassou 200 votos. Jerominho, por sua vez, obteve mais de 600 votos na região de Sepetiba, um número significativo, embora representasse um percentual baixo do total de seus votos.

A correlação entre Jorge Babu e Chiquinho Sepetiba é inferior à comparação entre esses dois e os Jerominhos. A comparação entre a eleição de Sepetiba em 2004 e a de Babu em 2000 resultou em um índice de apenas 0,087. A correlação aumentou nas eleições subsequentes, com a comparação entre as eleições de Babu em 2004 e Sepetiba em 2008, apresentando um índice de 0,357.

Por fim, os resultados comparados entre Israel e Chiquinho Sepetiba variam entre 0,179 e 0,229 no Índice Moran I. Ambos disputaram e apresentaram maior expressividade eleitoral na mesma região, Sepetiba. Na Zona Eleitoral n.º 25, que engloba os bairros de Sepetiba e Santa Cruz, Israel obteve 431 votos em 2004, seu maior número de votos em uma zona eleitoral. Já Chiquinho Sepetiba recebeu 4.617 votos em 2004 e 5.504 votos em 2008.

Pessoal do Deco

CPI das Milícias aponta o ex-vereador Luiz André Ferreira da Silva, Deco, de chefiar o grupo conhecido por “Pessoal do Deco”. O político chegou a ser condenado por envolvimento com o crime organizado e preso. Segundo a CPI, e outras fontes jornalísticas, Praça Seca, Campinho, Tanque e Quintino, nas zonas norte e oeste da cidade, eram as regiões com gerência de Deco. Jurani, apesar da pouca expressão eleitoral, é citado por sua influência e alianças com o grupo. Ele foi assassinado por disputas de poder entre milicianos.

Os dados, no entanto, não apontam uma correlação entre o padrão de dados de Deco e Jurani. Pelo contrário, é negativamente baixa a pujança do Índice de Moran entre eles. Os dados gerados apresentam um resultado de -0,036 na comparação entre o resultado eleitoral de Deco em 2004 e Jurani em 2008 e de -0,046 na comparação entre a eleição de 2008 de ambos.

Guadalupe

A CPI das Milícias citou Zico Bacana como um dos políticos relacionados aos grupos milicianos na Zona Norte do Rio de Janeiro. Zico tem fortes conexões com a região de Guadalupe. Nela, o candidato teve 67% do seu total de votos em 2008, mais de 2 mil apenas na Zona Eleitoral n.º 23. Fontes jornalísticas e investigações policiais indicam também uma possível conexão entre Zico e Girão²⁶. O resultado entre Cristiano Girão e Zico Bacana apresentou um valor abaixo de 0,1 para o Índice de Moran nos dois anos comparados. No primeiro, na eleição de Girão em 2008 e de Zico em 2016, o valor foi de 0,013. Na eleição de Girão em 2004 e de Zico Bacana em 2008, o resultado foi menor, de 0,017.

Guaratiba e Jardim Maravilha

Jurani, que era policial militar, foi morto pelas milícias. Conforme indicado no Relatório Final da CPI das Milícias, ele e Jerominho teriam relações com as milícias de Guaratiba e Jardim Maravilha. Ambos possuem votação expressiva na região, e Zico Bacana também obteve algum sucesso nas áreas de atuação da Liga da Justiça. Por isso, a correlação de 0,490 nas eleições de Jerominho em 2004 e de 0,495 em 2000, quando comparada com Zico em 2008, é relevante. O principal reduto de Jurani foi a Zona Eleitoral n.º 25, que abrange os bairros de Guaratiba e Sepetiba, onde obteve 1.063 votos. Jerominho também teve uma votação considerável, com 697 votos em 2004. Em outra Zona Eleitoral que atende Guaratiba (n.º 243), Jurani obteve 707 votos, enquanto Jerominho registrou 738 e 3.448 votos em 2000 e 2004, respectivamente.

Considerações finais

A análise dos dados revela um perfil mais compartilhado do que dominante entre os candidatos à vereança vinculados às milícias, contradizendo a hipótese inicial de que esses candidatos dominariam completamente suas zonas eleitorais. Mesmo com votações expressivas, esses candidatos frequentemente dividem o espaço eleitoral com outros candidatos bem votados. A maioria não é sequer o mais votado em sua principal zona eleitoral. As exceções ocorrem com candidatos de grande expressão e controle territorial, como Nadinho de Rio das Pedras, Deco em Jacarepaguá e Chiquinho Brazão em Taquara, o que indica a existência de uma rede de clientela bem-sucedida na conversão de apoio político ou coerção em votos. Todas essas zonas eleitorais incluem seções eleitorais em territórios dominados por milícias. Não se exclui a existência e o sucesso de outras redes de clientela, como a Liga da Justiça dos Jerominho, mas a análise aponta para a permeabilidade de outros nomes nesses territórios e um controle que nem sempre é tão eficaz na conversão de votos.

O dado com menor respaldo na realidade refere-se à dimensão de dispersão e concentração. Embora os resultados apresentem divisões, há um número maior de casos de votações dispersas. Portanto, não é possível afirmar a existência de um perfil específico. A separação entre candidatos dispersos e concentrados não segue um padrão comum entre grupos de milicianos ou qualquer perfil particular entre eles.

Em resumo, os dados apresentados não permitem identificar um perfil consistente dos candidatos das milícias à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no eixo de

dispersão/compartilhamento. Isso ocorre devido à adoção das zonas eleitorais como unidade de análise e à ausência de comparações abrangentes com a população total de candidatos por ano. Por outro lado, no eixo compartilhado/dominante, os dados apresentam consistência ao comparar o desempenho dos candidatos em cada zona eleitoral por pleito.

Ao comparar os perfis de distribuição do voto dos candidatos listados, levando em consideração as indicações de grupos políticos feitas pela CPI das Milícias, foi realizada uma comparação entre duas eleições em anos distintos, utilizando o Índice de Moran I Bivariado. Essa análise teve como objetivo identificar correlações entre os valores das zonas eleitorais vizinhas de candidatos que compartilham atuação política em territórios semelhantes ou pertencem ao mesmo grupo miliciano, conforme registrado pela CPI.

No contexto de Gardênia Azul, figuras como Cristiano Girão, líder apontado pela CPI, e Marcello Siciliano, posteriormente identificado como influente na região, foram sujeitos de comparação. A correlação positiva entre as zonas eleitorais vizinhas desses candidatos revelou-se significativa, variando entre 0,225 e 0,190. Já a comparação entre Chiquinho Brazão e Cristiano Girão demonstrou uma correlação estatisticamente positiva, mas não nula, indicando diferenças nos redutos eleitorais, especialmente em votações medianas.

No que tange à região de Rio das Pedras, Nadinho, líder da milícia local, foi comparado a sua filha Carminha Jerominho e Jorge Babu. A análise indicou uma correlação inversamente ligada entre as zonas eleitorais vizinhas de Nadinho e Carminha Jerominho, ressaltando discrepâncias nos resultados eleitorais em diferentes redutos. Já a comparação entre Nadinho e Jorge Babu não revelou correlações expressivas. Importante destacar a presença de correlações positivas entre Siciliano e Chiquinho Brazão, apontando para uma distribuição similar de votos, indicando a continuidade da disputa por hegemonia local.

A análise da milícia Liga da Justiça envolveu Jerominho, Carminha Jerominho, Jorge Babu, Chiquinho Sepetiba e Israel. A correlação espacial significativa entre Carminha e Babu sugere uma possível transferência de votos entre ambos, especialmente após o afastamento de figuras proeminentes. Correlações entre Carminha Jerominho e Chiquinho, bem como entre Carminha e Israel, indicaram padrões similares de distribuição geográfica de votos.

Finalmente, para o grupo “Pessoal do Deco”, liderado por Luiz André Ferreira da Silva (Deco), não se observou uma correlação significativa entre os padrões eleitorais de Deco e Jurani. Ao contrário, a correlação revelou-se negativamente baixa, indicando diferenças substanciais nos resultados eleitorais entre esses líderes milicianos. De maneira parecida, em

Guadalupe, a comparação entre Zico Bacana e Cristiano Girão mostrou correlações muito baixas, sugerindo padrões de votação distintos.

Em relação a Guaratiba e Jardim Maravilha, Jurani e Jerominho foram comparados a Zico Bacana. A correlação significativa entre Jerominho e Zico Bacana sugere uma possível influência compartilhada na distribuição geográfica de votos nessas regiões. Em síntese, as análises espaciais evidenciam padrões complexos e variados na distribuição de votos entre líderes milicianos e seus grupos, refletindo dinâmicas eleitorais singulares em diferentes regiões do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Claudio de S. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. **Cadernos da Metrópole**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 59–87, 2012.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003

ARIAS, Enrique Desmond. **Drugs and democracy in Rio de Janeiro**: Trafficking, social networks, and public security. [S. l.]: Univ of North Carolina Press, 2009.

ARIAS, Enrique Desmond. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 48, n. 3, p. 263–284, 2013.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco P. DA. A concentração eleitoral nas eleições paulistanas: medidas e aplicações. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. 319–347, 2011.

BORGES, André; PAULA, Carolina De; SILVA, Adriano Da N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 24, n. 58, p. 31–58, 2016.

BRASIL. Resolução nº 982, de 25 de abril de 2017 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. **Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CARVALHO, Nelson R.; CORRÊA, Filipe Souza; GHIGGINO, Bianca. Entre o Localismo e Universalismo: a Geografia Social dos Votos e a Questão Metropolitana (alguns resultados preliminares). In: ENCONTRO DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú, MG: [s. n.], 2010.

CASTRO, Iná E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Filipe Souza. **Conexões Eleitorais, Conexões Territoriais: as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense.** 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GELAPE, Lucas D. O. **A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.** 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

LINS, Igor Novaes; MACHADO, Carlos Augusto Mello. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], p. 1-33, 2023.

LINS, Igor. Da baixada à zona sul: caminhos da violência política de raça no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 188-207, 2023.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro.** São Paulo: Todavia, 2020.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no rio de janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 13–27, 2011.

SILVA, Jailson D. S. E.; FERNANDES, Fernando L.; BRAGA, Raquel. W. Grupos criminosos armados com domínio de território. *In: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Justiça Global, 2008. p. 16–24.

SILVA, Patrick C. O pork barrel no Município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. **Série de Working Papers do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cebrap), Textos para Discussão CEM**, São Paulo, v. 2, n. 11, 2011.

SOARES, Gláucio A. D.; TERRON, Sonia L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 269–301, 2008.

TERRON, Sonia; RIBEIRO, Andrezza; LUCAS, Joyce F. Há padrões espaciais de representatividade na câmara municipal do rio de janeiro? Análise dos territórios eleitorais dos eleitos em 2008. **Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 28–47, 2012.

TERRON, Sonia. Cartografia e análise política: mapas políticos ou a política em mapas? **ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, [S. l.], n. 123, p. 1–4, 2010.

TRUDEAU, Jessie. **How criminal governance undermines elections.** 2022.

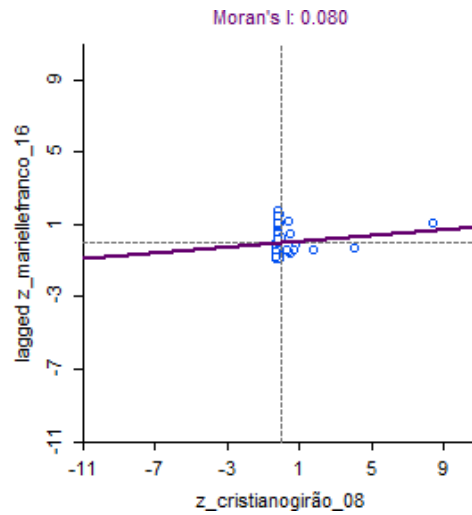
URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, [S. l.], v. 11, p. 387–412, 2008.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz? **São Paulo em Perspectiva**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 89–101, 2007.

ZOLNERKEVIC, Aleksei; RAFFO, Jorge D. G. Geografia eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto. **GEOUSP - espaço e tempo**, [S. l.], n. 33, p. 221–228, 2013.

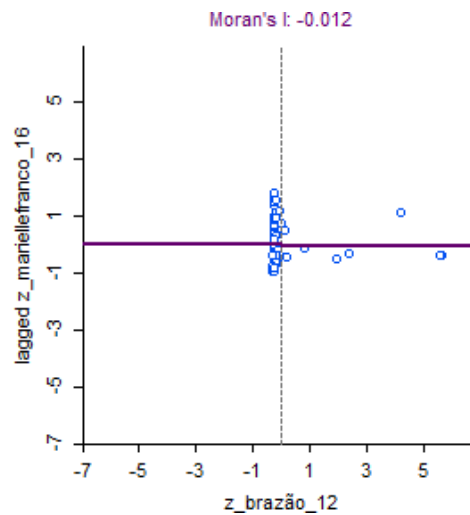
Anexo 1 – Gráficos da comparação entre os candidatos

Gráfico 2 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2004) e Marcello Siciliano (2016)



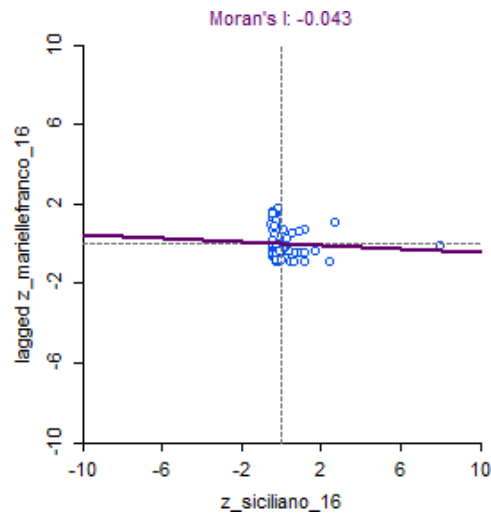
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 41 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Chiquinho Brazão (2012)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 42 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Marcello Siciliano (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Anexo 2 – Tabelas

Tabela 2 – Distribuição das Zonas Eleitorais por bairro e controle das milícias

Bairro	Nº das zonas eleitorais	Controle de milícia	Milícia em território vizinho
Saúde	1,2, 193, 204	Não	Não
Laranjeiras	3, 16, 164	Sim, na Favela Julio Otoni	Não
Jardim Botânico	4, 17, 165, 166, 211	Não	Não
Copacabana	5, 18, 205, 206, 252	Não	Não
Maracanã	6, 19, 170, 228	Não	Não
Tijuca	1, 171	Não	Não
Engenho Novo	8	Não	Não
Barra	9, 13, 119, 179	Sim	Sim, Muzema, Rio das Pedras, Jacarepaguá, Gardênia Azul, Recreio dos Bandeirantes (Favela do Fontela)
Piedade	10	Sim	Sim
Olaria	11, 21, 160, 161, 162, 188	Sim	Sim, Ramos
Cascadura	12, 118, 218, 219, 220	Sim	Sim, Campinho, Quitino Bocauiuva
Todos os santos	14, 207, 208	Não	Sim, Engenho de Dentro, Pílares
Marechal Hermes	15, 23, 217	Não	Guadalupe
Meier	20, 213, 214	Não	Sim, Lins de Vasconcelos
Irajá	22, 176, 190	Sim	Sim, Vigário Geral, Jardim América, Brás de Pina
Bangu	24, 124, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238	Sim	Sim, Jacarepaguá, Campo Grande
Santa Cruz	25, 125, 240, 241, 243, 246	Sim	Sim, Campo Grande
Ilha do Governador	117, 191	Não	

Campo Grande	120, 122, 242, 244	Sim	Sim, Santa Cruz, Bangu, Jacarepaguá
Ramos	121	Sim	Sim, Complexo do Alemão
Deodoro	123, 178	Não	Sim, Guadalupe
Catete	163	Não	Sim
Guadalupe	167, 175	Sim	Sim, Costa Barros
Parada de Lucas	177	Não	Sim, Jardim América
Taquara	180, 182, 209, 210	Sim	Jacarepaguá, Tanque
Praça Seca	185	Sim	Campinho, Cascadura, Tanque
Vila da Penha	189	Não	Brás da Pina, Irajá
Portuguesa	192	Não	Não
Del Castilho	215, 216	Sim	Inhauma

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro (Fogo Cruzado, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Disque-Denúncia e a plataforma digital Pista News) e no Relatório.

Tabela 3 – Localização das Zonas Eleitorais da cidade do Rio de Janeiro

ZE	ENDEREÇO	BAIRRO	LC
1	RUA SACADURA CABRAL, 226	SAUDE	-43.18976
2	RUA SACADURA CABRAL 226 FUNDOS SOBRADO	SAUDE	-43.18976
3	RUA CONDE DE BAEPENDI, 40	LARANJEIRAS	-43.17902
4	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.224.4
5	RUA MIGUEL LEMOS 97 - TERREO	COPACABANA	-43.19272
6	AV. PROF. MANOEL DE ABREU 286	MARACANÃ	-43.23447
7	RUA ANTONIO BASILIO 76	TIJUCA	-43.23586
8	RUA 24 DE MAIO 931 - FUNDOS	ENGENHO NOVO	-43.267.8
9	AV AYRTON SENNA 2001 BLOCO C	BARRA	-43.36795
10	RUA ASSIS CARNEIRO 436	PIEIDADE	-43.31197
11	RUA FILOMENA NUNES, 961	OLARIA	-43.26607
12	AV. DOM HELDER CAMARA 10121 - TERCEIRO ANDAR	CASCADURA	-4.332.48
13	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C - FRENTE	BARRA	-43.36795
14	RUA GETULIO 127	TODOS OS SANTOS	-43.28052
15	RUA JOAO VICENTE 1545	MARECHAL HERMES	-43.37056
16	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	LARANJEIRAS	-43.179.1
17	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22450
18	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 3 ANDAR	COPACABANA	-43.19272
19	AVENIDA PROFESSOR MANOEL DE ABREU 286	MARACANÃ	-43.23460
20	RUA DIAS DA CRUZ 787 - SEGUNDO ANDAR	MEIER	-43.29586
21	RUA FILOMENA NUNES 971	OLARIA	-43.26598

22	AV. MONSENHOR FELIX 512- XIV REGIÃO ADMINISTRATIVA	IRAJÁ	-43.32321
23	RUA JOAO VICENTE 1545 A	MARECHAL HERMES	-43.37056
24	RUA FIGUEIREDO CAMARGO 1133 SALA 204	BANGU	-43.461.1
25	PRAÇA DA SUPERINTENDÊNCIA 420	SANTA CRUZ	-43.68653
117	PRAIA DA OLARIA, S/N - COCOTÁ	ILHA DO GOVERNADOR	-43.179.3
118	AV. DOM HELDER CAMARA, 10.121 - 2 ANDAR	CASCADURA	-43.32476
119	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C	BARRA	-43.36772
120	RUA TAQUAREMBÓ S/N- 2 ANDAR (REGIONAL DE CAMPO GRANDE)	CAMPO GRANDE	-4.357.28
121	RUA URANOS 1230 SALA 06	RAMOS	-43.263.9
122	RUA COXILHA S/N - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE	-43.573.5
123	RUA FERNÃO DIAS S/N	DEODORO	-43.38655
124	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, N. 1133, SALA 303	BANGU	-43.461.1
125	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRICOLA	SANTA CRUZ	-43.68564
160	RUA FILOMENA NUNES 961 - OLARIA	OLARIA	-43.26598
161	RUA LUCENA, S/N, OLARIA (ANTIGO FÓRUM, ATRÁS DO CLUBE OLARIA) 21.021-320	OLARIA	-43.26698
162	RUA LUCENA S/N (ANTIGO PREDIO DO FORUM LEOPOLDINA)	OLARIA	-43.26698
163	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	CATETE	-4.346.10
164	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	LARANJEIRAS	-4.346.10
165	RUA JARDIM BOTANICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452
166	RUA JARDIM BOTANICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452
167	ESTRADA DO CAMBOATÁ 2300, SALAS 201/203- GUADALUPE SHOPPING	GUADALUPE	-4.338.17
168	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 2 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.274.2
169	AV. DOS DEMOCRATICOS 1090 (ABRIGO CRISTO REDENTOR)	HIGIENÓPOLIS	-4.327.42
170	AV. PROFESSOR MANUEL DE ABREU, 286	MARACANÃ	-43.23447
171	RUA ANTONIO BASILIO, 76	TIJUCA	-43.23586
173	RUA VISCONDE DE SANTA ISABEL 34 - 3. ANDAR	VILA ISABEL	-43.252.6
175	ESTRADA DO CAMBOATÁ, 2300, SALAS 204, GUADALUPE SHOPPING	GUADALUPE	-43.381.7
176	AV MONSENHOR FELIX, 512	IRAJÁ	-43.32321
177	AV. MONSENHOR FELIX 512	PARADA DE LUCAS	-43.32321
178	RUA FERNÃO DIAS S/N	DEODORO	-43.38655

179	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C BARRA DA TIJUCA	BARRA	-43.367.7
180	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783
182	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783
185	PRAÇA SECA 09	PRAÇA SECA	-4.335.15
188	RUA LEOPOLDINA REGO 754 - XI R.A.	OLARIA	-4.327.11
189	RUA ÁPIA 257 - SALAS 201/202/206	VILA DA PENHA	-4.330.15
190	AV. MONSENHOR FÉLIX 512 - XIV R.A.	IRAJÁ	-4.332.43
191	ESTRADA DA CACUIA, 1574	ILHA DO GOVERNADOR	-43.18142
192	RUA ORCADAS 435 - SALA 12 - XX RA (SUBPREFEITURA DA ILHA DO GOVERNADOR	PORTUGUESA	-43.20036
193	RUA SACADURA CABRAL, 226	SAUDE	-43.18966
204	RUA SACADURA CABRAL 226 - TERREO	SAUDE	-43.18966
205	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 1 ANDAR	COPACABANA	-43.19272
206	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 1 ANDAR	COPACABANA	-43.19272
207	RUA GETÚLIO 127	TODOS OS SANTOS	-43.28052
208	RUA GETÚLIO, 127/ SEGUNDO ANDAR	TODOS OS SANTOS	-43.28052
209	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783
210	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783
211	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452
212	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452
213	RUA DIAS DA CRUZ, 787, 3 ANDAR	MEIER	-43.29586
214	RUA DIAS DA CRUZ 720-A	MEIER	-43.29586
215	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 1 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.27423
216	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 2 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.27423
217	RUA XAVIER CURADO S/N (CETEP - FAETEC)	MARECHAL HERMES	-4.337.56
218	RUA SIDÔNIO PAIS, 54, LOJA 5	CASCADURA	-43.32592
219	RUA SIDÔNIO PAES, 54 LOJA 06	CASCADURA	-43.32592
220	RUA SIDÔNIO PAIS, 54 - LOJA 4	CASCADURA	-43.32592
228	AV. PROFESSOR MANOEL DE ABREU, 286	MARACANÃ	-43.23460
229	RUA HADDOCK LOBO, 72 - SALA 106	ESTÁCIO	-43.208.8
230	RUA FIGUEIREDO CAMARGO 1133 - SALA 205	BANGU	-4.346.10
231	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 201	BANGU	-4.346.10
232	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133 SL 304	BANGU	-4.346.10
233	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1.133 - SALA 202	BANGU	-4.346.10
234	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 203	BANGU	-4.346.10

235	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133 SL. 302	BANGU	-4.346.10
236	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133/301	BANGU	-4.346.10
237	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 305	BANGU	-4.346.10
238	RUA SILVA CARDOSO 349 SL 13 - XVII R.A.	BANGU	-4.346.10
240	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N	SANTA CRUZ	-43.68565
241	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRICOLA	SANTA CRUZ	-43.68565
242	AV. CESARIO DE MELLO 3963	CAMPO GRANDE	-4.356.97
243	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N	SANTA CRUZ	-43.68565
244	RUA DOM PEDRITO 1 - XVIII R.A.	CAMPO GRANDE	-43.573.0
245	ANTIGA ESTRADA RIO-SAO PAULO 176	CAMPO GRANDE	-4.355.95
246	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRÍCOLA	SANTA CRUZ	-43.68565
252	RUA MIGUEL LEMOS 97 3 ANDAR	COPACABANA	-43.19272

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Tabela 4 – Número de eleitores por Zonas Eleitorais

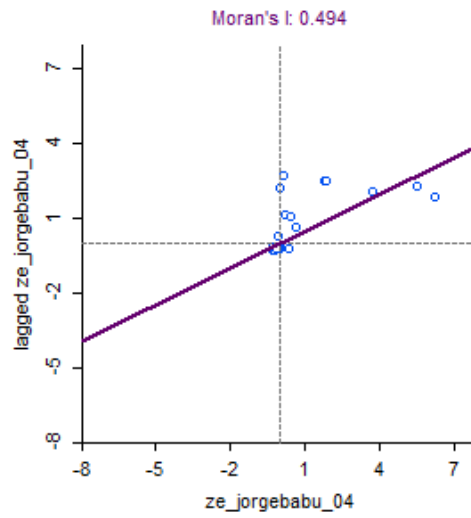
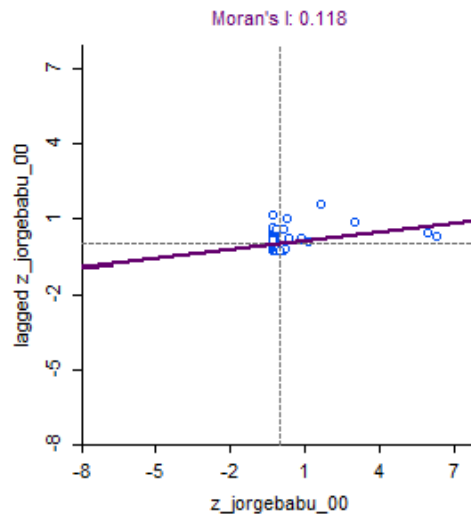
Nº da ZE	BAIRRO	2000	2004	2008	2012	2016	Varição
1	SAUDE	32527	31366	29632	28784	28357	-12,82%
2	SAUDE	49166	49063	48278	48424	49511	0,70%
3	LARANJEIRAS	47445	44340	43604	43011	42330	-10,78%
4	JARDIM BOTÂNICO	50049	49754	49247	49414	49210	-1,68%
5	COPACABANA	41142	38337	37327	36814	35859	-12,84%
6	MARACANÃ	35225	34225	33216	32483	31762	-9,83%
7	TIJUCA	75423	72156	71725	72131	72571	-3,78%
8	ENGENHO NOVO	47428	49310	49534	49654	51460	8,50%
9	BARRA	41753	57969	75154	94034	111397	166,80%
10	PIEDADE	50353	52233	52747	52796	53442	6,13%
11	OLARIA	43551	43844	43724	43624	43730	0,41%
12	CASCADURA	23608	23550	23079	22592	22129	-6,26%
13	BARRA	58899	57607	57134	58125	59329	0,73%
14	TODOS OS SANTOS	39320	37654	37069	36476	35865	-8,79%
15	MARECHAL HERMES	38551	37817	36528	35378	34693	-10,01%

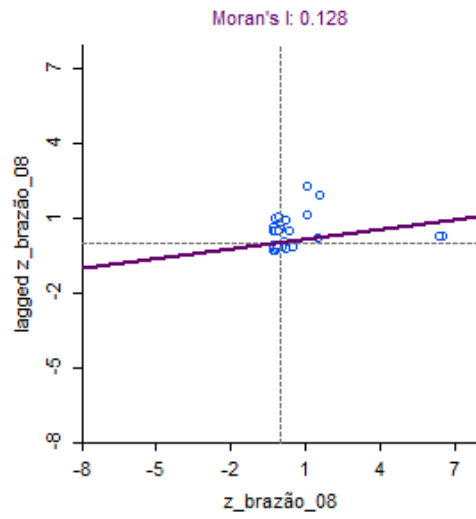
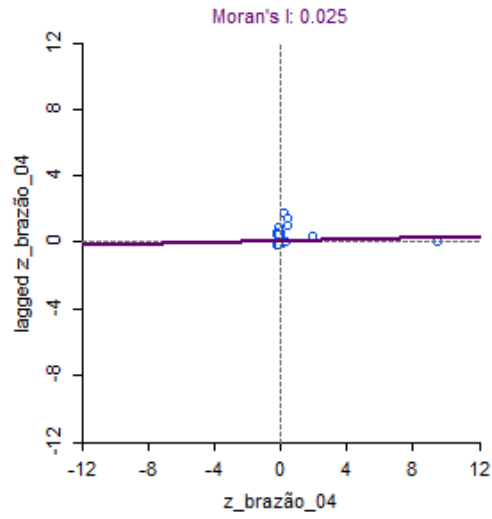
16	LARANJEIRAS	54001	51041	50557	50225	50195	-7,05%
17	JARDIM BOTÂNICO	53583	53067	51683	50809	49447	-7,72%
18	COPACABANA	34034	33037	31915	31155	29985	-11,90%
19	MARACANÃ	51335	51992	51451	50546	49697	-3,19%
20	MEIER	42507	44316	45250	46089	46947	10,45%
21	OLARIA	40814	45979	49516	54264	58331	42,92%
22	IRAJÁ	66914	67619	66670	65856	65783	-1,69%
23	MARECHAL HERMES	49836	51534	51831	52537	53611	7,57%
24	BANGU	53956	57594	59594	61634	64058	18,72%
25	SANTA CRUZ	31831	43727	55018	63908	75454	137,05%
117	ILHA DO GOVERNADOR	49806	50248	48725	47960	47290	-5,05%
118	CASCADURA	33468	38067	40215	42017	44164	31,96%
119	BARRA	46678	55393	64816	73193	79216	69,71%
120	CAMPO GRANDE	39432	45205	51001	69547	75349	91,09%
121	RAMOS	34468	34032	32445	31732	31057	-9,90%
122	CAMPO GRANDE	47115	53756	61082	67871	76102	61,52%
123	DEODORO	43550	47124	48733	51579	52140	19,72%
124	BANGU	35191	34328	33362	32651	32131	-8,70%
125	SANTA CRUZ	39385	42074	46347	49810	55617	41,21%
160	OLARIA	44954	44464	43483	43235	43269	-3,75%
161	OLARIA	64326	70227	76259	80482	84665	31,62%
162	OLARIA	44847	42853	43096	43315	43840	-2,25%
163	CATETE	51570	46827	45890	45652	44994	-12,75%
164	LARANJEIRAS	32598	32195	31615	31634	32260	-1,04%
165	JARDIM BOTÂNICO	33142	31986	30637	29644	28600	-13,70%
166	JARDIM BOTÂNICO	36142	36034	35601	35770	36024	-0,33%
167	GUADALUPE	54046	58916	64688	68843	71316	31,95%
168	DEL CASTILHO	40104	39790	39239	39449	40274	0,42%
169	HIGIENÓPOLIS	52688	52036	51112	51186	52542	-0,28%

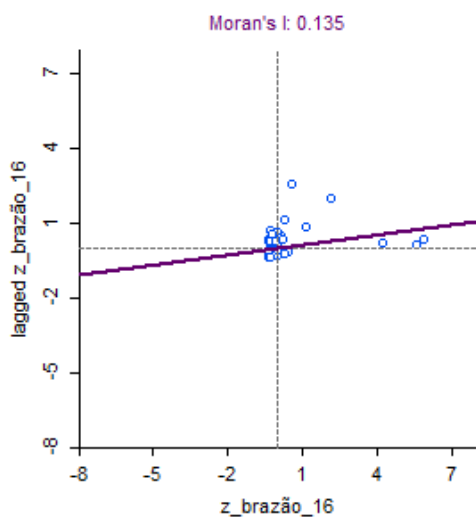
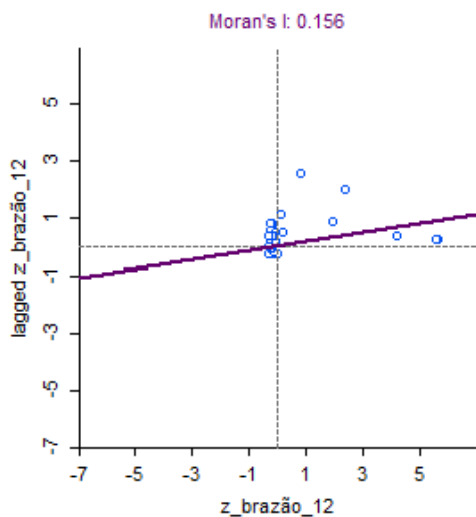
170	MARACANÃ	51541	52812	53016	53409	53887	4,55%
171	TIJUCA	42475	42567	41747	41646	42026	-1,06%
173	VILA ISABEL	38779	36740	36158	36649	37501	-3,30%
175	GUADALUPE	35417	49852	51749	52727	53625	51,41%
176	IRAJÁ	44177	45305	46276	47251	48324	9,39%
177	PARADA DE LUCAS	48893	48980	48349	47920	47670	-2,50%
178	DEODORO	32752	34982	36362	36367	38452	17,40%
179	BARRA	54753	79711	94205	107299	121087	121,15%
180	TAQUARA	73269	73612	77968	82249	87037	18,79%
182	TAQUARA	51414	13790	68490	78072	86695	68,62%
185	PRAÇA SECA	46220	49708	54279	57939	61664	33,41%
188	OLARIA	42458	44771	45437	45838	47085	10,90%
189	VILA DA PENHA	40522	42626	43802	45225	47073	16,17%
190	IRAJÁ	41679	43111	43747	43829	44150	5,93%
191	ILHA DO GOVERNADOR	46711	50704	53027	55647	58642	25,54%
192	PORTUGUESA	58567	60933	62299	63766	65060	11,09%
193	SAUDE	32000	34203	37012	39225	39572	23,66%
204	SAUDE	39498	38555	37850	37196	36320	-8,05%
205	COPACABANA	37768	33867	32556	31650	30955	-18,04%
206	COPACABANA	34674	35037	34724	34604	34301	-1,08%
207	TODOS OS SANTOS	27765	28905	29201	29487	29946	7,86%
208	TODOS OS SANTOS	33502	32561	31086	29992	28926	-13,66%
209	TAQUARA	35162	35766	35847	36054	36168	2,86%
210	TAQUARA	34135	37160	39846	42342	44599	30,65%
211	JARDIM BOTÂNICO	57278	63729	67288	71008	75755	32,26%
212	JARDIM BOTÂNICO	27976	27694	26883	26396	26022	-6,98%
213	MEIER	47629	46640	45159	44410	44235	-7,13%
214	MEIER	49519	49930	49771	49887	49850	0,67%
215	DEL CASTILHO	41134	41335	40920	40515	40518	-1,50%
216	DEL CASTILHO	37654	39254	40401	41152	43783	16,28%

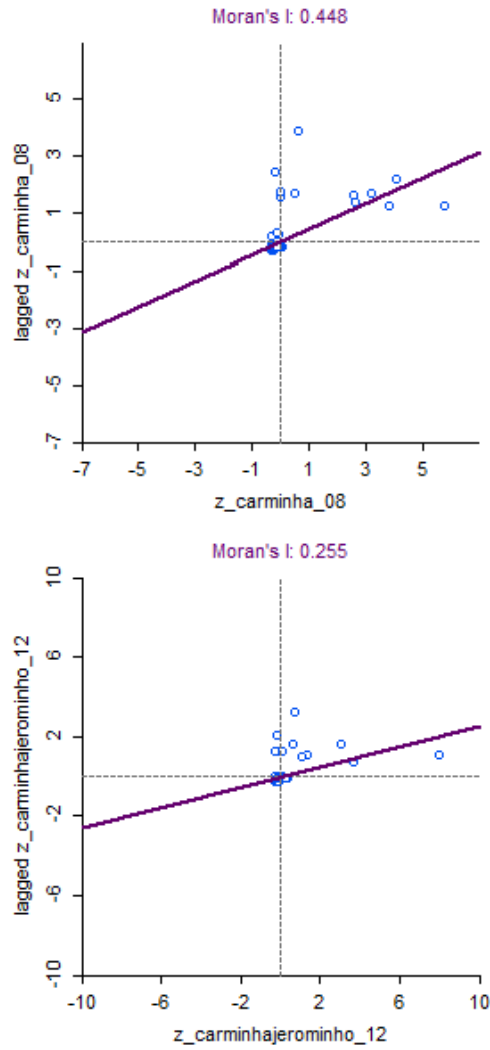
217	MARECHAL HERMES	51238	50615	50233	50026	50081	-2,26%
218	CASCADURA	51586	53721	54254	54721	55043	6,70%
219	CASCADURA	60342	61207	61665	61839	62846	4,15%
220	CASCADURA	34601	37356	38813	40801	42872	23,90%
228	MARACANÃ	30717	28278	27473	26602	25973	-15,44%
229	ESTÁCIO	55601	54656	55836	57730	60547	8,90%
230	BANGU	38451	43418	47534	52359	58021	50,90%
231	BANGU	34536	36467	37956	39175	40637	17,67%
232	BANGU	34180	34258	33653	33112	33008	-3,43%
233	BANGU	38595	43509	45225	46844	48284	25,10%
234	BANGU	37200	41881	44229	46162	48263	29,74%
235	BANGU	40044	38679	38503	38092	37940	-5,25%
236	BANGU	25677	24481	23530	23107	22631	-11,86%
237	BANGU	39648	39833	40128	40442	42187	6,40%
238	BANGU	34556	39190	41909	44839	47833	38,42%
240	SANTA CRUZ	47928	44795	44620	44432	44443	-7,27%
241	SANTA CRUZ	38599	44821	50430	56208	62235	61,23%
242	CAMPO GRANDE	51047	52353	53707	64937	68893	34,96%
243	SANTA CRUZ	41734	52462	64261	52118	63519	52,20%
244	CAMPO GRANDE	36711	35709	35067	34973	35915	-2,17%
245	CAMPO GRANDE	46198	55238	60479	64393	68141	47,50%
246	SANTA CRUZ	55588	65305	76608	85795	96353	73,33%
252	COPACABANA	40269	42842	43828	44816	45444	15,54%

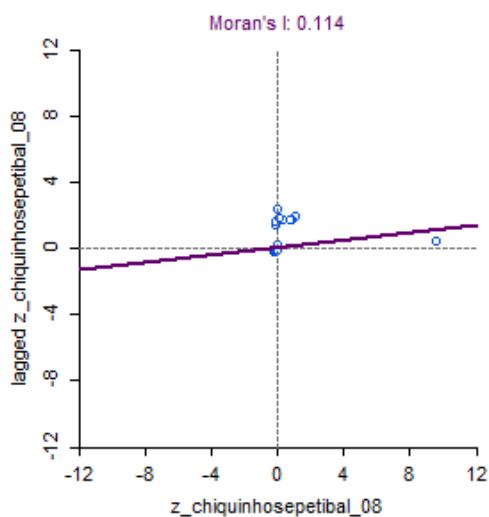
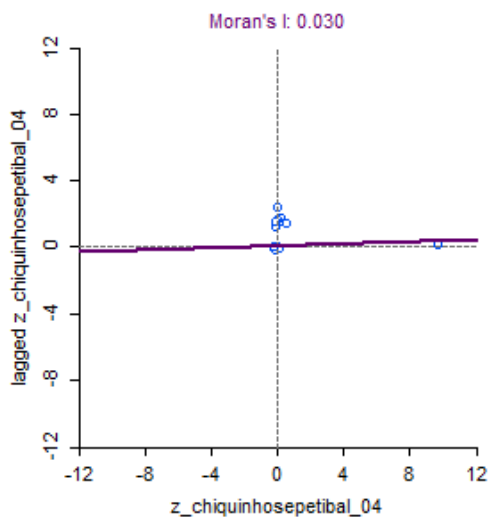
Anexo 3 – Gráficos do Índice de Moran por candidato

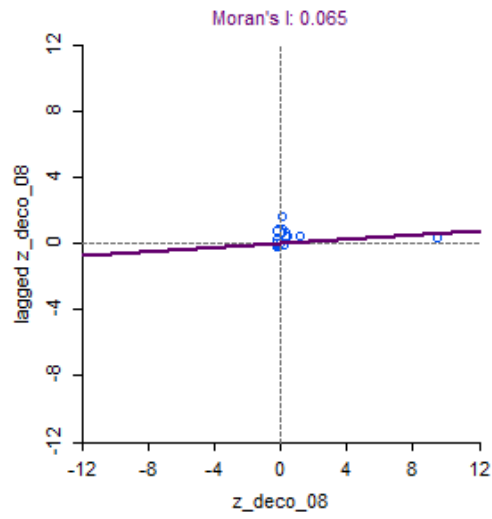
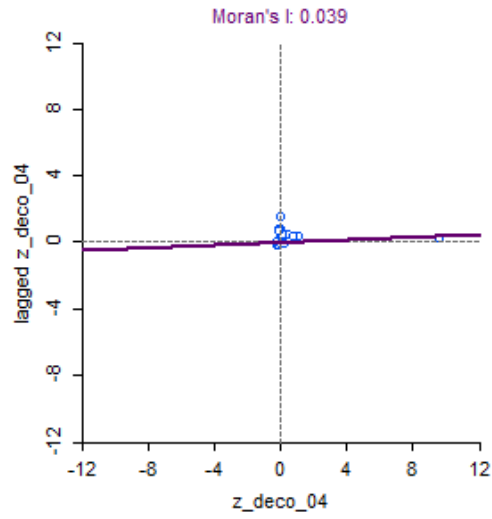


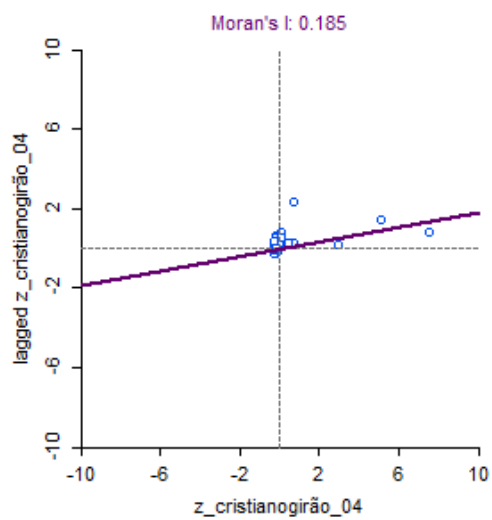
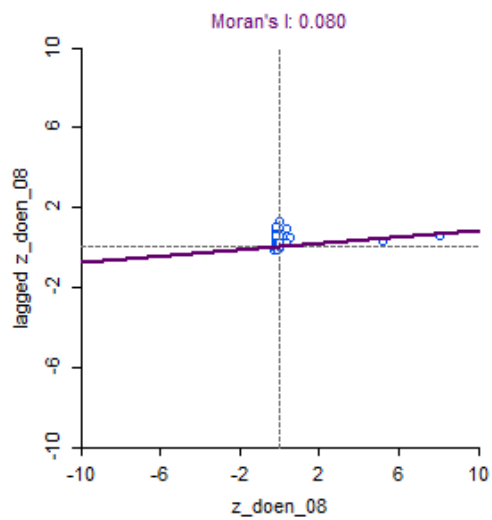


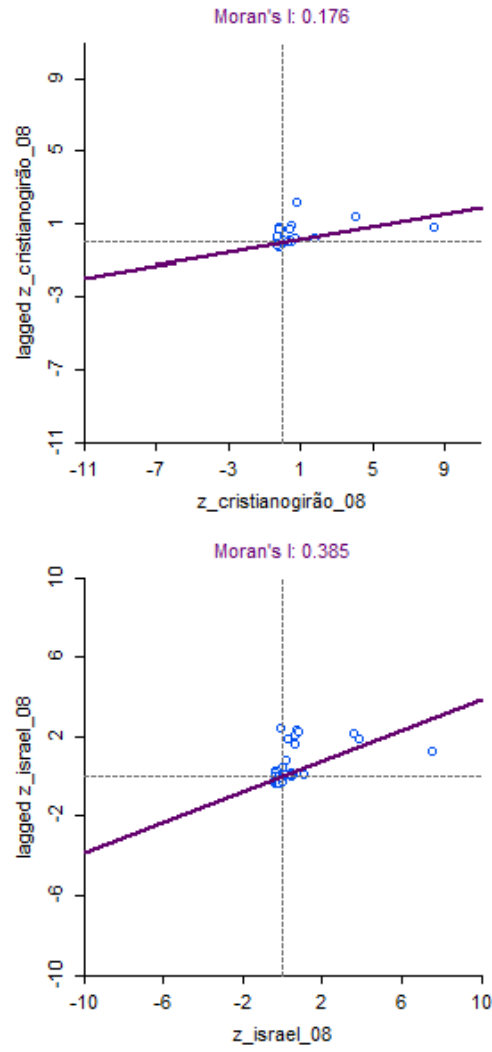


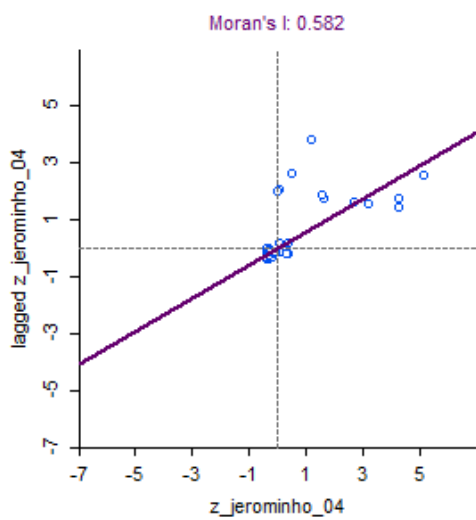
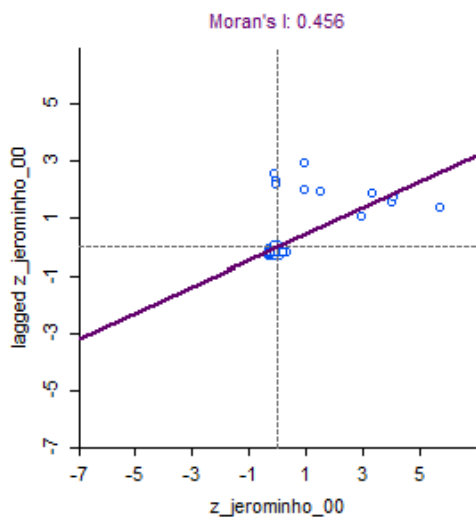


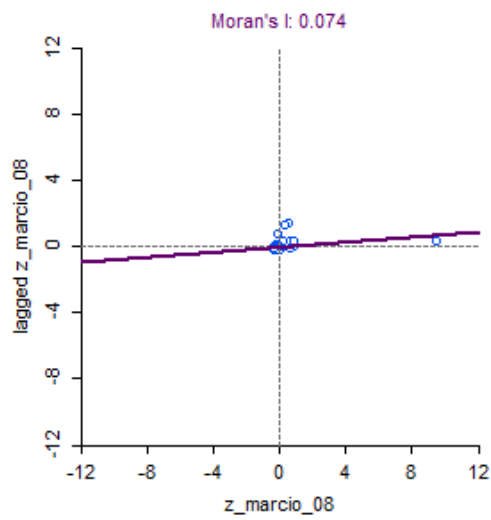
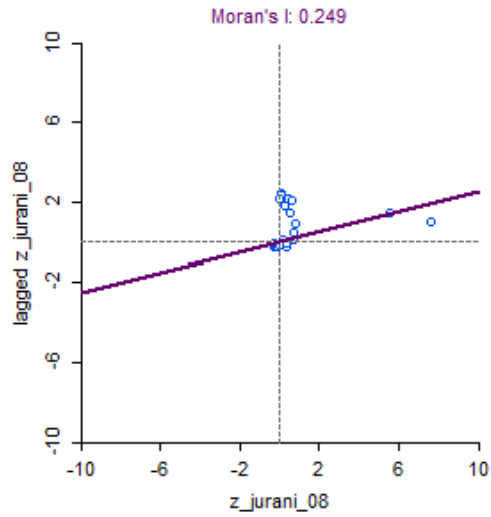


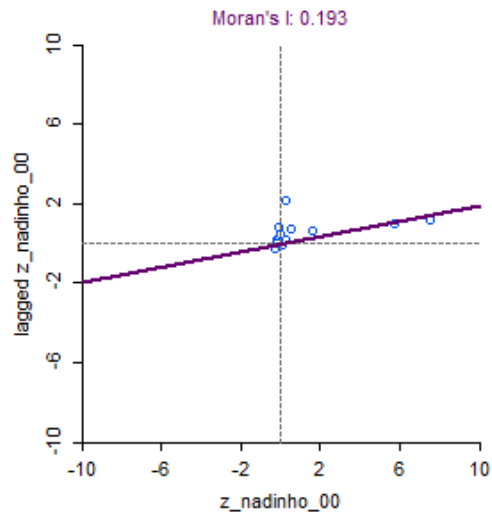
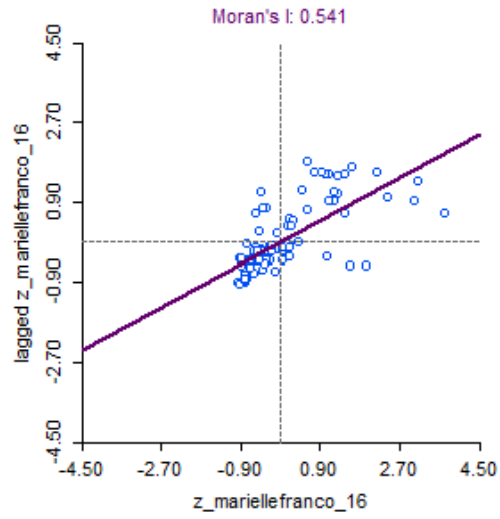


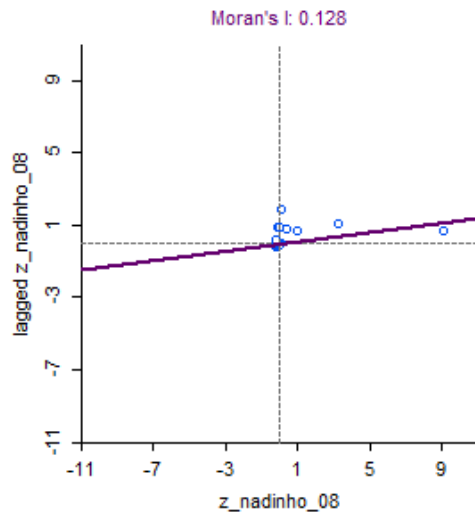
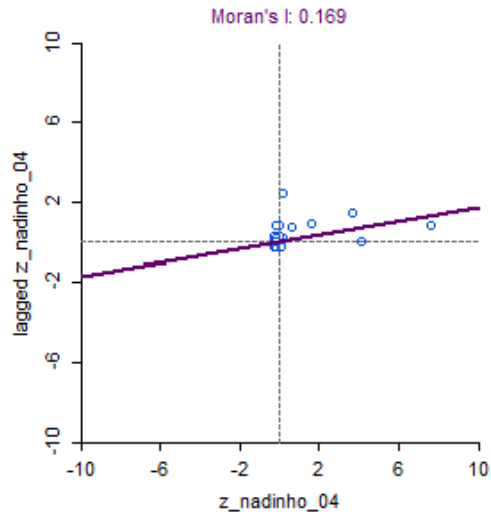


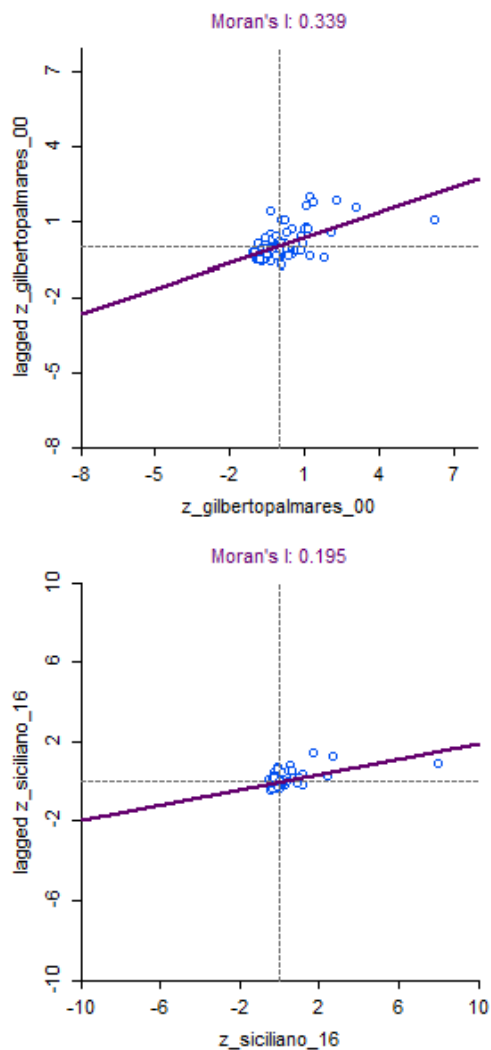


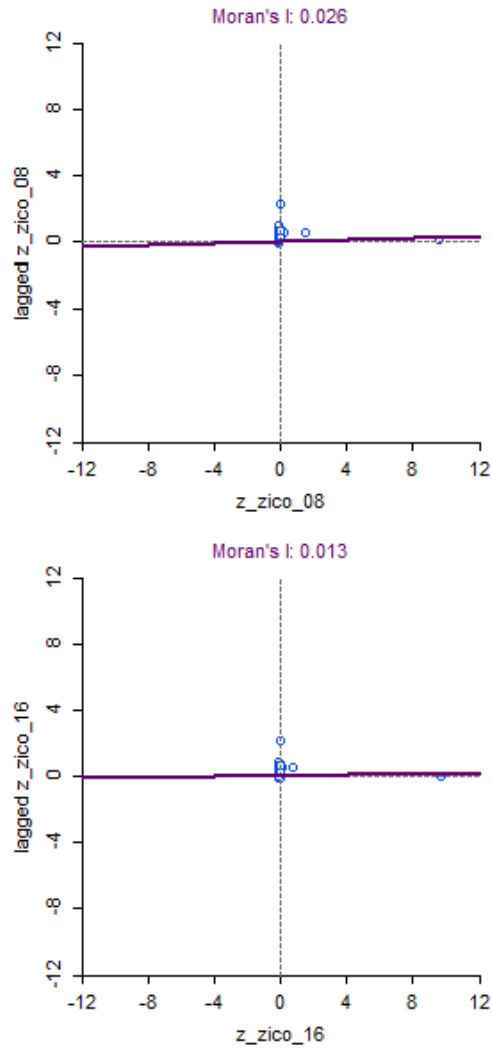












Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Superior Tribunal Eleitoral (TSE).